



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE  
HISTÓRIA

**JULIANO DE OLIVEIRA ROSA NEVES**

**UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL: O MOVIMENTO  
AUTONOMISTA DO NORTE GOIANO (1821-1823)**

**ARAGUAÍNA – TO  
2022**

JULIANO DE OLIVEIRA ROSA NEVES

**UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL: O MOVIMENTO  
AUTONOMISTA DO NORTE GOIANO (1821-1823)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTORIA – da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Martha Victor Vieira

Linha de Pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar

ARAGUAÍNA – TO

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

N518p      Neves, Juliano de Oliveira Rosa .  
              Uma proposta de ensino de História regional: o movimento  
              autonomista do norte goiano (1821 - 1823). / Juliano de Oliveira Rosa  
              Neves. – Araguaína, TO, 2022.  
              93 f.

              Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do  
              Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-  
              Graduação (Mestrado) Profissional em Ensino de História, 2022.  
              Orientador: Martha Victor Vieira

              1. Ensino de História. 2. Norte Goiano. 3. Cartilha didática. 4.  
              História Regional. I. Título

**CDD 980**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

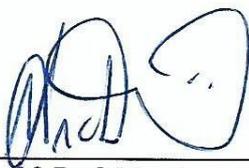
JULIANO DE OLIVEIRA ROSA NEVES

**UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL: O MOVIMENTO  
AUTONOMISTA DO NORTE GOIANO (1821-1823)**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado Profissional em Ensino de História –  
PROFHISTÓRIA – da Universidade Federal do  
Tocantins, Campus Universitário de Araguaína,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Mestre em História.

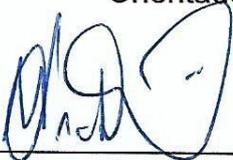
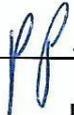
Data de aprovação: 09 / 03 /2022

Banca Examinadora:



---

Prof.ª Dr.ª Martha Victor Vieira  
Universidade Federal do Norte do Tocantins - (UFNT)  
Orientadora

---

Prof.ª Dr.ª Norma Lucia da Silva  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - (UFTM)  
Membro Externo


---

Prof.ª Dr.ª Olívia Macedo Miranda de Medeiros  
Universidade Federal do Norte do Tocantins - (UFNT)  
Membro Interno

Dedico este trabalho à minha mãe,  
Marlene Oliveira, à minha esposa,  
Monice Adriana, e à minha filha,  
Bianca Melissa.

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa esconde os seus bastidores, nos quais sem eles não seria possível o término. Por isso, tentarei em singelas palavras demonstrar o quanto sou grato a cada uma das pessoas que tornaram este trabalho possível.

Agradeço à minha mãe, Marlene Oliveira, que é para mim um exemplo de vida e que sempre fez o possível e o impossível para me proporcionar o melhor. É uma salgadeira de mão cheia que desde quando eu consigo lembrar levanta às 04h da madrugada para trabalhar. Quando iniciei o curso de graduação, ela começou a guardar moedas para me dar e, assim, usá-las nas compras dos famosos textos. Quando eu recebi a notícia de que havia passado na seleção de mestrado, foi para minha mãe que contei primeiramente. Da minha mãe, tenho uma imagem que está guardada em minhas memórias poéticas:

“A imagem da minha mãe sentada na cama lendo,  
e lendo muito,  
como ela gosta de ler.  
Ela é meu exemplo e minha força”.

Quero agradecer à minha digníssima esposa, Monice Adriana, pelo carinho, companheirismo e principalmente paciência, pois no decorrer da pesquisa teve momentos em que não fui tão amigável com ela, por estar nervoso, mas mesmo nesses momentos, quando não merecia seu amor e atenção, ela se mostrou companheira e esteve ao meu lado. Agradeço também à minha filha, Bianca Melissa, a razão do meu coração bater mais forte, que mesmo sem saber, mas de forma espontânea, sempre me presenteou com seus sorrisos enquanto eu escrevia.

À minha orientadora e professora Martha Victor Vieira, por me direcionar nesta caminhada de escrita de uma dissertação. Não posso deixar de mencionar que, no momento em que eu havia decidido desistir por causa dos problemas que se apresentaram, ela não permitiu o abandono do curso, me encorajou e ajudou a erguer a cabeça. Serei eternamente grato, pois, no momento em que eu não acreditava em mim, a minha professora acreditou, e esse exemplo de dedicação e direcionamento dado levarei adiante com meus alunos.

Aos meus irmãos, Sabrina Oliveira, Pedrina de Jesus e Daniel Oliveira, aos meus sobrinhos, Amanda Sousa, Luis Felipe Oliveira, Gabriella Silva e Cecília

Oliveira, e ao meu pai, Rosário dos Santos Brito. Todos moram no meu coração e não pagam aluguel.

Aos meus amigos, Thiago Barros e sua esposa, Rita Barros, pela força e confiança. Agradeço ao meu amigo Kirk Patrick, que participou deste trabalho fornecendo materiais que foram muito úteis na pesquisa. Quero agradecer ao professor Marco Antonio Bueno Bello, vulgo “Jiló”, que fez uma leitura minuciosa da dissertação para me ajudar nas correções. Não posso deixar de agradecer à minha amiga de longa data Siomária Amaral, que se protificou a formatar os organizadores gráficos da cartilha.

Aqui dedico um carinho especial a cada um da turma do mestrado que sempre esteve presente para auxiliar, encorajar e dar força. Na nossa turma, tivemos uma perda por causa da COVID-19, o nosso colega Francisco Denis. Por ironia do destino, era ele quem fazia a alegria da turma, pois estava sempre de muito bom humor e encorajando a todos, afirmando que iríamos terminar e receber o título de mestre, mas infelizmente o perdemos.

Agradeço a cada um dos meus professores e professoras que estiveram nesta caminhada comigo. Vocês são muito especiais. Muito obrigado!

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo discutir a escrita e o ensino de História sobre o Movimento Autonomista do Norte Goiano (1821-1823), bem como propor uma cartilha didática sobre esse tema. A escolha da presente proposta de pesquisa se deve ao fato do destaque dado ao contexto da independência no Norte Goiano, que é ensinado nas escolas como sendo o marco fundacional da história do Tocantins. Realizamos uma abordagem da História local, enfocando sua importância no ensino de História, juntamente com uma explicação sobre os materiais que são utilizados nas escolas do estado do Tocantins como aporte didático. A discussão dos principais aportes historiográficos sobre o processo de autonomia do Norte Goiano serviu-nos de parâmetro para compreendermos o teor do conteúdo didático que se ensina na educação básica, a fim de que pudéssemos melhor selecionar as informações que colocamos na proposta de cartilha didática para o ensino da História regional do Tocantins.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Norte Goiano. Cartilha didática. História Regional.

## **ABSTRACT**

This dissertation's objective is to discuss the writing and teaching of history on the Northern Goiás State Autonomous Movement (1821-1823) and to suggest a didactic booklet on this subject. This research proposal justifies itself on the spotlight placed upon the context of the independence of Northern Goiás, which is taught in schools as being the foundation of the history of Tocantins state. We have taken a local History approach, focusing on its importance in history teaching, along with an explanation of the materials used in schools in the state of Tocantins as didactic input. The discussion of the main historical contributions to Northern Goiás autonomy process served as a parameter for understanding the content taught in basic education so that the information to be included in the proposed didactic booklet for teaching the regional history of Tocantins could be better selected.

**Keywords:** History teaching. Northern Goiás. Didactic booklet. Regional History.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teotônio Segurado.....	32
Figura 2 – Reconstrução da Comarca do Norte.....	33
Figura 3 – Cobranças de impostos.....	34
Figura 4 – Brado de autonomia.....	35
Figura 5 – Mapa do Brasil com referência às Comarcas do Norte e do Sul.....	54
Figura 6 – População de Goiás no início do século XIX.....	55
Figura 7 – D. João assinando o alvará de criação da Comarca do Norte.....	58
Figura 8 – Imagem de Teotônio Segurado.....	60
Figura 9 – Avenida Joaquim Teotônio Segurado.....	63
Figura 10 - Teotônio Segurando.....	63
Figura 11 – Mapa de Palmas.....	65
Figura 12 –. Bacia do Tocantins-Araguaia.....	66
Figura 13 – Portos e hidrovias.....	67
Figura 14 –. Comunidades pesqueiras ao longo do Rio Araguaia.....	68
Figura 15 –. Rio Araguaia.....	69
Figura 16 – Rio Tocantins.....	69
Figura 17 – Charge de Manuel Inácio de Sampaio.....	74
Figura 18 – “Reconstrução” da Comarca do Norte.....	77
Figura 19 – Cobranças de impostos.....	78
Figura 20 – Brado de autonomia.....	79
Figura 21 – Capa do livro de Humberto Crispim Borges.....	81
Figura 22 – Igreja de Nossa Senhora do Rasário dos Pretos.....	82

## **LISTA DE SIGLAS**

ACALANTO	Academia de Letras de Araguaína
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

## Minha formação

Era fevereiro de 1995, uma segunda-feira. Recordo-me de acordar antes dos meus dois irmãos. Levantei-me e fui para o outro lado da rua, não muito feliz. Era o meu primeiro dia de aula e isso mexia muito comigo. Hoje, entendo que eu estava angustiado em saber que iria para a escola. Mesmo sem saber o que era, o simples fato de ter que ir para um lugar desconhecido me dava medo. Minha irmã acordou e foi até a porta de casa me procurar. Quando ela me viu, de pronto falei: “eu não vou para escola”.

O dia foi passando e a angústia aumentava. A esperança era minha mãe, porém, de nada adiantou, pois lá estava eu indo para aquele lugar que todos chamavam de escola. Sentia-me perdido, e a cada dia mais perdido. A cada tarefa havia um desespero por não saber fazer. Recordo-me de uma atividade de pintar na pré-alfabetização em que eu pintei um soldado. Escolhi a cor preta e a professora falou em voz alta que estava horrível, isso para uma criança de 6 anos. Cheguei em casa e contei à minha mãe, que discordou e afirmou estar bonito, mas isso não me alegrou muito.

Há uma lembrança que foi um divisor de águas, na antiga 3ª série, que hoje é o 4º ano. Era dia da leitura, sendo que cada um lia uma parte do texto do livro de português. Na minha frente estava um grande amigo do bairro e de sala, que leu de forma perfeita; eu, muito pelo contrário, gaguejei demais, isso em pé na fila. O que parecia ruim ficou ainda pior: a professora me fez sair da fila e ir para a frente da sala e ler de frente para todos. Depois dessa vergonha, voltei para minha cadeira, sentei-me e não fui mais o mesmo em se tratando de leitura: nunca mais consegui fazer uma leitura em voz alta na escola até o Ensino Médio. Isso me fez enxergar a docente com raiva no coração.

Em contrapartida, tive uma professora, a Maria Olímpio, que sempre cobrou muito de mim, ao que eu correspondia e gostava quando ela me mandava tomar “chá de vergonha”. Essa professora um dia me fez responder a prova de matemática de costas para todos, a qual acertei quase toda, sendo que a única questão que errei foi porque eu havia copiado errado a questão do quadro e ela não aceitou a resposta. Em 2019, tive a oportunidade de ser professor de uma de suas filhas, algo que muito me alegrou.

Eu não gostava de frequentar a escola e, por esse motivo, não ficava de recuperação e nem era reprovado, já que entendia que tal feito aumentaria os meus dias na escola. Poucas vezes fiz recuperação, já no Ensino Médio, quando gostava de ficar nos corredores da escola conversando com as meninas.

Minha mãe sempre fez questão de que eu e meus irmãos estudássemos. Ela cursou apenas até a 4ª série incompleta e sabia que a única forma de termos melhores oportunidades era estudando. Acompanhava a minha vida na escola sempre que possível, pois o trabalho não lhe permitia estar nas reuniões, mas sempre passava na escola depois do serviço. Minha mãe é um exemplo que eu carrego e sempre digo isso a ela. Vê-la sempre lendo me serviu de referência, mesmo tendo me afastado da leitura depois do episódio acima contado. Ter em minhas memórias a imagem dela lendo quando eu era criança alimentou em mim o desejo de ler.

Hoje, como professor, sempre procuro entender as dificuldades dos alunos para não cometer os mesmos erros que cometeram comigo. Sei que no exercício da docência eu posso marcar a vida de um aluno e por esse motivo me esforço para deixar marcas positivas, lembranças que sirvam de referência.

Minha escolha pelo curso de História não está ligada à escola, pois, quando concluí o Ensino Médio, queria fazer Biologia e Química, matérias em que me destacava. A área de Humanas, por não me dar bem com a leitura, não era meu forte. No entanto, aos 16 anos, comecei a frequentar a Igreja Protestante e a ler a Bíblia, fato que me despertava curiosidade. Um dia, o professor da escola bíblica me falou que, para entender o livro sagrado, eu deveria estudar o contexto histórico, o que me incomodou e motivou a ler mais.

No outro dia, em uma conversa sobre a reforma protestante com um amigo, de nome Thiago, que cursava História, percebi que deveria estudar essa área e assim o fiz. Minhas dúvidas são maiores hoje, porém, vejo-as como necessárias para continuar estudando. Iniciei o curso de História em 2013, no período noturno, quando fiz a graduação quase toda trabalhando durante o dia.

Sobre o meu processo formativo, tive muitas dificuldades no início, pois as leituras eram muito distantes de minha vivência. Porém, com muito esforço, participação nos grupos de estudos e paciência, pude me desenvolver no curso. Consegui bolsa de estudos por quase dois anos, o que me possibilitou o máximo de

aproveitamento para ler e aprofundar em conteúdos curriculares, com a intenção de estar preparado para a sala de aula.

A escolha por fazer o mestrado justifica-se por minha busca em melhorar como professor, ser um profissional mais capacitado. Por isso, escolhi o Mestrado Profissional em Ensino de História. Fiquei muito empolgado quando, em 2015, ainda na graduação, soube desse curso de mestrado. Assim que soube, tive a certeza do que eu queria. Posso, com o mestrado, ampliar as possibilidades de melhorar minha atuação profissional. E essa certeza continua. Foi a melhor escolha!

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1 O ENSINO DE HISTÓRIA DO TOCANTINS: POSSIBILIDADES E DIFICULDADES.....</b>	<b>20</b>
1.1 História local/regional: considerações teóricas.....	20
1.2 A importância da História local.....	25
1.3 O ensino da História do Tocantins.....	30
<b>2 A ADESÃO À INDEPENDÊNCIA NO NORTE GOIANO (1821-1823).....</b>	<b>39</b>
2.1 O movimento autonomista da Comarca do Norte: História e historiografia.....	42
<b>3 UMA PROPOSTA DE CARTILHA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL .....</b>	<b>48</b>
3.1 Ensino de História do Tocantins: uma demanda curricular.....	48
3.2 CARTILHA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE GOIÁS/TOCANTINS.....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (FREIRE, 2015, p. 24)

A História como disciplina chega aos alunos narrada por meio dos livros didáticos, aporte principal para as aulas dos professores, constituindo-se “a principal fonte de estudo, o elemento predominante e, muitas vezes, determinante no processo de ensino e aprendizagem em História” (GUIMARÃES, 2012, p. 91). Essa área do conhecimento tem como objetivo compreender as ações humanas no tempo, contribuindo e construindo, nesse sentido, para o entendimento do educando sobre o meio que o cerca, ou seja, a sua realidade. Um dos objetivos é fazer o estudante compreender que essa realidade ou meio social, cultural e político é fruto de forças do passado, da ação do homem, e não resultante de um acaso ou do aleatório.

Esta dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro, abordamos o ensino de História regional, visto que o objeto de pesquisa é “O Movimento Autonomista do Norte Goiano”. Farei uma abordagem utilizando a História regional, avançando em alguns momentos para a História local, que também é abordada, por propiciar ao educando um entendimento da história do seu bairro, sua rua, sua cidade, seu estado e nação. É nesse eixo que trabalhamos o ensino da História, partindo do local do educando para o contexto geral, pois, como sabemos, o local não é apenas um conteúdo, mas algo que se pode “sentir”.

Ao tratar da História regional, dialogaremos com autores como Reckziegil (1999) com um debate que nos leva a refletir sobre a importância do espaço como um lugar do vivido, sendo um conceito chave para pensar a região. Também dialogo com Martins (2018), por entender que o debate levantado referente ao regional suscita questões como, nas palavras do próprio autor, “a batalha do Estado contra os regionalismos”. Essa questão é abordada para chamar a atenção para as filosofias universalistas, tais como o Iluminismo e o Renascimento.

Assim, para Samuel (1990), o educando tem contato com a História dobrando a esquina ou simplesmente descendo a rua, podendo-se ouvir os ecos em um mercado e ler o seu grafite nas paredes. Na metodologia, escolhi aplicar o método

freiriano, pois parto do princípio de que o educando é sujeito e não objeto na História, capaz de analisar/refletir sobre a sua história e a que o cerca:

Para ser válida, toda educação deve necessariamente ser precedida por uma reflexão sobre o homem e uma análise do contexto de vida concreto do homem concreto que se quer educar (ou, para dizer de modo mais apropriado: que se quer ajudar a se educar). Na ausência de tal reflexão sobre o homem, corre-se o risco de adotar métodos educacionais e procedimentos que reduzem o homem à condição de objeto. Ora, a vocação do homem é ser sujeito e não objeto. (FREIRE, 2016, p. 66-67)

Para o ensino de História ter como geradores a localidade do educando e as suas experiências de vida, a perspectiva metodológica de Paulo Freire é pertinente, por nos mostrar que o contexto social e político do educando deve ser observado para construir a ação dialógica e gerar a educação libertadora, a partir da “[...] realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação” (FREIRE, 2015, p. 121). Ao trabalhar o Ensino de História do Tocantins, faço uma seleção de algumas obras que são mais utilizadas em sala pelos professores, visto que não há material didático de História regional direcionado para o exercício da docência. Em função disso, tais obras acabam sendo uma escolha do próprio professor, levantando, assim, uma discussão para a necessidade de haver material direcionado para o ensino de História regional

Já no segundo capítulo, discutiremos alguns autores que trabalham o recorte historiográfico sobre o processo de autonomia do Norte Goiano de 1821 a 1823, demonstrando, de forma geral, como foi narrado esse processo, o qual ganha força mais no final de 1821. Nesse contexto, faz-se necessário recuar um pouco até o último governador General de Goiás, Manuel Inácio de Sampaio, porque os desdobramentos políticos dessa comarca servem de direção para entendermos o Movimento Autonomista do Norte Goiano.

Nesse caminho, discutirei autores como Vieira (2014), que levanta o debate sobre o discurso fundador do estado do Tocantins, demonstrando os problemas em se construir uma História linear. Tal discussão é feita em um contraponto à autora Cavalcante (2003), que trabalha com uma narrativa linear da História, sobre a qual chama de “Discurso Autonomista do Tocantins”, sem levantar questionamentos em relação às fontes utilizadas.

No terceiro capítulo, propomos uma cartilha didática sobre o Movimento Autonomista do Norte Goiano, por entender que falta material voltado para o ensino

de História regional. Nesse intuito, destacamos alguns assuntos: o lugar como forma de situar o educando no tempo e no espaço, sendo, para tanto, feito o uso de mapas com referência às Comarcas e suas respectivas capitais: Comarca do Norte, que tem como capital São João das Duas Barras, atual cidade de Marapá-PA; e a Comarca do Sul, com a Cidade de Goiás como capital.

No que diz respeito ao tópico sobre a sociedade, serão expostas informações referentes à distribuição geral da população de Goiás, por meio de gráfico contendo as seguintes informações: a capitania de Goiás contava com uma população de 40% de escravizados e 60% de homens livres, sendo que a população livre era composta de brancos, pardos e escravos alforriados. Nesse cenário, a população branca era de apenas “13% do conjunto total da população” (OLIVEIRA, 2015, p. 178). Também serão abordadas algumas das nações indígenas do estado do Tocantins e de Goiás, para que, por meio do entendimento das várias culturas que ali habitam, possamos compreender melhor nossa região. Nesse sentido, será possível construir um ensino sobre o meio social em que o educando vive, podendo entender o motivo por que algumas ruas levam nomes de personagens, como, por exemplo, Teotônio Segurado, em Palmas.

No que tange à economia, abordaremos as questões relativas à mineração, economia familiar, ou seja, comércio local. No entanto, como afirmam Salles e Dantas (1988, p. 43), “[...] produzir além do necessário era pura perda”. Assim, a economia girava em torno do cativo lavrador, o qual cuidava da terra, lavrava, fazia as queimadas periódicas, sendo que, conforme percebemos, a economia passava pela mão de obra dos escravizados. Essa perspectiva de abordagem tem como objetivo propiciar ao educando a compreensão das narrativas existentes sobre as formas de subsistência e a razão pela qual a região do Norte Goiano tem a fama de produtora de gado.

Farei também uma abordagem sobre os indígenas ou povos originários, no sentido de levantar uma discussão sobre as lutas e perseguições sofridas. Com isso, a fim de dialogar com o local do educando, esperamos que o material didático construído sobre a História da região do Tocantins possa ser utilizado em sala de aula como aporte para os professores da educação básica. Para tanto, utilizarei como gerador a Avenida Teotônio Segurado, uma das principais avenidas da capital do estado do Tocantins, Palmas. O objetivo é estudar o Movimento Autonomista do Norte Goiano a partir de uma liderança que remonta ao processo de independência

evocada, na década de 1980, para justificar a criação do estado do Tocantins, razão pela qual seu nome possui destaque na escrita e no ensino da história dessa região. Para isso, serão feitas perguntas direcionadas ao educando por meio de imagens da avenida e do próprio Teotônio Segurado para iniciar a discussão.

Vale ressaltar aqui que foi escolhida a Avenida Teotônio Segurado, mas na mesma linha de aplicação da aula é possível substituir por outros temas ou objetos, como, por exemplo, a “Guerrilha do Araguaia em Xambioá-TO”, no extremo norte do estado, sendo que poderia ter como tema gerador o líder do movimento, Osvaldão.

O uso do nome do Segurado para pensar os primórdios da história do Tocantins deve-se ao fato de que não existe nação sem passado, como diz Eric Hobsbawm (2000, p. 271), bem como não existe Estado sem passado. Por isso, historiadores e literatos recorrem ao Movimento Autonomista para construir um discurso fundador do Tocantins, a fim de ressaltar a longevidade do desejo do Norte Goiano separar-se do estado de Goiás. Como aponta a historiadora Martha Vieira (2014, p. 79), “A legitimidade sóciopolítica desse desmembramento territorial é conferida por uma interpretação, tida como unívoca e verídica, de um evento do passado, que explica e confere sentido ao presente”.

# 1 O ENSINO DE HISTÓRIA DO TOCANTINS: POSSIBILIDADES E DIFICULDADES

## 1.1 História local/regional: considerações teóricas

As narrativas históricas, entre os séculos XIX e XX, basicamente, incumbiu-se de construir a História da nação, de forma panorâmica e generalizante. Nesse contexto inicial de produção historiográfica, as narrativas eram mais voltadas para os centros de poder político e econômico que colocavam algumas regiões como modelos de desenvolvimento, fazendo com que as realidades históricas específicas, sobretudo das regiões “periféricas”, por meio dessas narrativas nacionais, ficassem silenciadas.

Por essa razão, importantes dimensões para o ensino de História foram deixadas de lado, frente a uma perspectiva de História nacional, tendo em vista que a produção de manuais didáticos, que são mais usados pelos professores, comumente, seguem tendências historiográficas hegemônicas. A escrita e o ensino da História que privilegiam uma narrativa mais geral não dão, por isso, visibilidade também aos próprios educandos que fazem parte desse local, como aponta Guimarães (2012, p. 241):

O local e o cotidiano do aluno constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver – logo, podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia a dia da sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens. Assim, o ensinar e o aprender História não são algo externo a ser proposto e difundido com uma metodologia especial, mas sim algo a ser construído no diálogo, na experiência cotidiana, em um trabalho que valorize a diversidade e a complexidade de forma ativa e crítica.

Então, em um primeiro momento, temos uma História geral ou mesmo uma História nacional que inviabilizava o específico, sem abranger as particularidades locais. Sendo assim, questionamos sobre a História regional: qual o caminho foi percorrido para se começar a pensar o regional? Se no século XIX havia a hegemonia do nacional, hoje também é considerada a centralidade do regional como um meio de discussão e construção das narrativas históricas. Como afirma Martins (2018, p. 135): “Até o século XVIII, no mundo inteiro as regiões constituíam ‘países’, no sentido de que elas eram não apenas a unidade apropriada para o estudo das sociedades, mas porque elas eram, de fato, os habitats dos homens e mulheres”.

Essa afirmação demonstra uma visão de que os impérios e países pré-modernos conservavam autonomia tanto econômica como social e cultural, sendo então “justaposições de regiões”.

No entanto, algo mudou com essas particularidades, começando a se construir o nacional com o advento das sociedades modernas ou a expansão da modernidade. Pensar nessa linha de raciocínio é perceber, com a constituição dos Estados nacionais, embasada em uma filosofia universalista, como o Iluminismo e o Renascimento, o fim das singularidades e autonomias das antigas regiões, tendo em vista que “o ataque à independência da fortaleza regional é o trabalho contínuo da modernidade” (MARTINS, 2018, p. 136).

A partir da expressão “o ataque à independência da fortaleza regional”, percebemos que as filosofias universalistas ganharam força. Nesse sentido, verifica-se a atuação do processo de colonização, no caso aqui em questão a Coroa Portuguesa, o que podemos chamar de expansão dos domínios com uma política de nacionalizar por meio de ideais frutos da influência do Iluminismo. No que tange à história da capitania de Goiás, essas questões estão ligadas, visto que o processo de deslocamento para a região segue o objetivo de ocupar para dominar.

Temos aqui um movimento de “nacionalização” do que antes poderia ser visto como regiões. Assim, é perceptível que houve um deslocamento que fez com que o colorido regional fosse aos poucos substituído pela consolidação dos Estados modernos. Nessa senda, notamos que, no processo de formação dos Estados nacionais, o espaço, ou o local, foi ficando em segundo plano dentro das narrativas consolidadas como Histórias nacionais. Reckziegil (1999) argumenta que nesse processo, a partir do que ela chama de “Idade Contemporânea”, por meio da Geografia, se começou a perceber o espaço como um conceito chave para pensar a região.

Reckziegil (1999), citando Santos, destaca que “o espaço é um fato social, produto da ação humana”, sobre esta residindo um ponto importante para a História. Ao ter por objeto de estudo o homem, o que há nesse espaço é produção humana, onde são estabelecidas relações de poder, cultura, economia: “uma natureza socializada que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída” (RECKZIEGIL, 1999, p. 16).

Assim, podemos compreender a região como espaço do vivido com padrões internos, “como local um lugarejo, aldeia, vila e cidade” (RECKZIEGIL, 1999, p. 16), carregando em si características sociais, culturais, elementos que o caracterizam e diferenciam, abrangendo inúmeras possibilidades de abordagem. Assim, vai se dividindo o espaço, ganhando identidade, que podemos chamar de regional, algo que aparece nas narrativas nacionais/hegemônicas, porém, não como eixo central da discussão, mas como uma narrativa que constitui e é constituída das narrativas triunfalistas.

Como exemplo, temos o Movimento de Autonomia do Norte Goiano, que será abordado no segundo capítulo por meio da historiografia e no terceiro capítulo na proposta didática. Nesse cenário, o que se observa nos livros e manuais didáticos são narrativas nas quais aparecem o regional com sua espacialidade a partir de abordagens econômicas, sociais e políticas, mas por vezes constituintes de uma História nacional/hegemônica e não como a História da região de um determinado local.

A questão aqui ilustrada busca justamente mostrar como essas narrativas seguem um objetivo de construir, seja para legitimar, no caso do processo de autonomia a divisão do estado do Tocantins, seja para construir a História de Goiás, um determinado tipo de História: a História da nação. Nesse caso, o regional é abordado, mas como um “pano de fundo”, sendo que, por meio da História regional, é possível abordar e estudar o mais colorido na nação: a diversidade regional.

Portanto, a História regional torna possível a espacialidade como objeto de estudo, pois favorece um olhar sobre a sociedade de forma dinâmica, vívida, como afirma Martins (2018, p. 143): “A História Regional é a que vê o lugar e o território como a natureza da sociedade e da história e não apenas como palco imóvel onde a vida acontece”. Podemos, com isso, abrir as possibilidades de estudarmos os microespaços, que acabavam não sendo abordados nas narrativas nacionais, embora a História local/regional permitisse essa tratativa mais específica das fontes, de acordo com Barros (2006, p. 270):

A História Local nascia, aliás, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. A História Local – ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico – surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das dimensões nacionais.

Entendemos com isso que a História regional é uma abordagem na qual se tem por princípio a constituição de uma narrativa histórica por meio das experiências dos grupos sociais que estão e sempre estiveram vinculados ao território nacional, mas que foram, pela História nacional, invisibilizados. De tal modo, a “história unitária é um mito sustentado pela historiografia” (GUIMARÃES, 2012), ou seja, gerada por uma historiografia hegemônica. Percebemos, com isso, uma mudança no que se conhecia como História Iluminista ou Moderna, em que havia uma característica de totalidade e universalidade. Nessa abordagem, iria se construir, por meio do uso da razão, como uma das principais características iluministas, uma História/conhecimento universal, o que podemos apreender com a Enciclopédia de Denis Diderot e D’Alembert.

Essa forma de abordagem, que tem como princípio o local, abre caminho por meio das narrativas triunfalistas ou narrativas dominantes. Podemos enxergar a realidade do Brasil como diversa, plural, com uma variedade de níveis sociais e econômicos. Temos em nosso território uma vasta diversidade cultural, com várias nações indígenas, quilombolas, ou seja, uma variação regional e étnica marcante.

Nesse sentido, começamos a perceber uma trajetória dos estudos de História local e regional, na qual abordamos o estudo do espaço, em detrimento das abordagens macro, o que ganha força com o surgimento da Nova História na França. Para Silva (2018, p. 51),

[...] a trajetória dos estudos de História Local e Regional está ligada ao surgimento da Nova História, na França em 1929, o que possibilitou uma nova concepção de objetos, fontes e documentos no métier historiográfico. No Brasil, pesquisas nesta área cresceram a partir dos anos de 1970.

Com a Nova História podemos notar um avanço dos estudos regionalistas entre as décadas de 1950 e 1980, com o crescimento dos cursos de graduação e pós-graduação no país. Nessa terceira geração dos Annales, como afirma Corrêa (2010, p. 13): “[...] pode ser classificada como pós-estruturalista, mas de forma ‘impura’. É essa geração que, influenciada pela antropologia, vai preferir mundos históricos micro”. A mudança na forma de abordagem histórica é fruto dos vários movimentos sociais na década de 1960, os quais acabam por mostrar que em tudo existe História, conforme sustentam Ferreira e Franco (2013, p. 61):

Em meados dos anos 1960, em grande parte beneficiária dos movimentos sociais que estouraram durante a década, a História passou por uma nova onda de renovação metodológica vinda em diversos centros universitários. Na esteira dos movimentos afirmativos das minorias, a escrita da História começou também a redimensionar o papel das mulheres, crianças,

homossexuais, pobres Dentro dessas categorias, abriram-se vários espaços de estudos monográficos que, em grande medida, contestavam os modelos estruturais em voga, fazendo emergir uma 'História vista de baixo'.

Já em 1980, começa-se a pensar e estudar a História com uma perspectiva regional, contrária às narrativas generalizantes. Essa afirmação sustenta-se quando nos livros didáticos é representada a História republicana com foco em São Paulo, na qual assuntos como a industrialização e a migração são marcas de um modelo paulista. Nesse sentido, por meio dessas narrativas, constrói-se uma História hegemônica. Porém, com os estudos regionalistas crescentes no País na década de 1980, as narrativas sobre determinadas regiões, as quais, por meio de tendências historiográficas, ficavam como espelhos e o regional como 'pano de fundo', passam a ser abordadas em sua centralidade, ou seja, está presente na narrativa. Dessa forma, apesar do geral ainda se sobrepôr, tal abordagem começa a sofrer questionamentos.

Com um enfoque para o modelo de se fazer História, Martins (2018) chama a atenção para um fato que "São Paulo tornou-se o Brasil", destacando-se fatores como "urbanização, café, conflitos sociais, imigração, trabalho e movimentos sindicais". Torna-se, então, a referência de um Brasil moderno, industrial e urbano, ficando outros locais do país relegados às ideias negativas de desenvolvimento. Assim, a região paulista "era o instrumento por meio do qual as diversas regiões brasileiras deveriam buscar a autocompreensão e a ação transformadora" (MARTINS, 2018, p. 142).

Dessa forma, o estudo da História regional se faz necessário e importante por buscar, construir e questionar, com uma abordagem específica, o local onde o educando reside como o centro da narrativa:

Os 'historiadores regionalistas' trabalham com regiões e localidades não por que afirmam a dicotomia entre o geral e o particular. Fazem isso porque questionam e criticam as narrativas e interpretações históricas dominantes e as crônicas triunfalistas do progresso, seus pressupostos e implicações político-identitárias. (MARTINS, 2018, p. 143)

Seja uma rua, um bairro, uma comunidade, um grupo social, um vilarejo, os livros didáticos tomavam como o modelo/espelho o paulista. Diante desse cenário, o ensino de História por meio da História regional configura-se como um importante componente no dia a dia da sala de aula, pois podemos partir do específico para o geral e buscar romper com essa concepção de História hegemônica que se construiu como modelo para a nação.

## 1.2 A importância da História local

A importância de analisarmos o local/regional deve-se ao fato de que esse espaço histórico possibilita o desenvolvimento crítico como forma de suscitar no educando a reflexão de seus valores, a partir da sua localidade. Pensar o ensino da História regional/local como ponto de partida para uma organização dos conteúdos permitiria oportunizar o estudo de uma história que está presente no cotidiano do aluno, ou seja, um tema local. Nessa perspectiva, podemos ter como exemplo o nome dado para uma das principais avenidas de Palmas-TO, a Avenida Teotônio Segurado, ou um tema regional, como o Movimento Autonomista do Norte Goiano, construindo um diálogo com algo local e um tema/conteúdo mais regional, o que favoreceria, assim, ampliar/prosseguir para o ensino de temas nacionais.

Nessa dinâmica, o entorno do aluno permitiria uma melhor participação do educando no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, também podemos salientar o papel do docente na relação com as narrativas e os sentidos para aquilo que se caracteriza como local. Para tanto, Souza e Ribeiro (2021, p. 215) reforçam que

[...] é possível perceber que geralmente a relação mais próxima do docente com a localidade é um fator motivacional para inclusão da história local em sua prática. Essa proximidade se mostra um fator importante para o desenvolvimento de projetos, aulas, exposição, ou qualquer outro trabalho desenvolvido nas escolas e se refiram à história local. As relações com a localidade, as memórias, os esquecimentos, as afetividades, dentre outras questões, muitas vezes impulsionam este docente a buscar interlocução entre história local e o seu conteúdo formal prescrito para disciplina história ou mesmo quando é possível encarar o desafio de desenvolver um projeto que fuja das prescrições curriculares oficiais.

Essa concepção de ensino de História a partir do local explora potencialidades que não são abraçadas se ficarmos reclusos especificamente nos aspectos daquela mais geral. Temos como exemplos lugares, homens, experiências humanas que o educando pode ter contato. Assim, a partir do local como objeto de estudo, é possível romper um pouco com o ensino mais tradicional que acaba ficando restrito ao material didático, o qual, por sua vez, geralmente trabalha apenas uma narrativa histórica nacional, permitindo identificar passado e presente na realidade social do educando.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ao fazerem referência ao estudo da História no Ensino Fundamental, recomendam a incorporação do regional, visando à construção do cidadão como membro ativo, explorando o melhor do ser

humano, na sua “vocação” para sujeito, como afirma Freire (2016, p. 67): “Ora, a vocação do homem é ser sujeito, não objeto” na sociedade e de sua identidade, devendo buscar os seus direitos ao patrimônio cultural, tanto no âmbito regional como no nacional. Desse modo,

[...] a escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade. (BRASIL, 1997, p. 34)

O cotidiano do educando, o seu local, a cidade ou o estado onde reside, ao serem incorporados à disciplina, abrem o leque para novas abordagens no processo de ensino e aprendizagem, pois fomentam uma narrativa histórica em que o local se torna um lugar singular, com conexão e relação com outros locais. Nesse sentido, o estudo da História por meio da História local permite um conhecimento em diálogo com a História nacional e global, mas com uma característica bastante peculiar, uma vez que, como afirma Fagundes (2006, p. 87), “sua especificidade consistiria em permitir dialogar, questionar e até resistir ou endossar”.

Como podemos observar a partir da colocação de Fagundes (2006), o ensino de História “caminha” pelos processos históricos, por meio do processo educacional, mas partindo do local e dialogando com as narrativas nacionais e globais. Dessa forma, o ensino da História local/regional chama-me a atenção para as potencialidades a serem exploradas no dia a dia das aulas dessa disciplina. Tal forma de abordagem no ambiente escolar permite e concebe uma relação entre aluno e conteúdo, sujeito e objeto, na qual se podem mostrar as singularidades do lugar/local, com diálogos e questionamentos que partem da vivência do educando, no sentido de que, contrariamente a uma perspectiva mais ampla de abordagem, aqui me refiro aos conteúdos que encontramos nos livros didáticos, como por exemplo as Capitanias Hereditárias, sobre as quais os livros trazem uma narrativa focada na expansão e no domínio do território pelos portugueses.

Nesse caso, ao se estudar a capitania de Goiás, podemos partir de alguns pontos que vão servir de referencial para o educando. Nessa perspectiva, poderíamos iniciar o estudo a partir da divisão das Comarcas do Sul e do Norte em 1809, ou da nomeação da Avenida Teotônio Segurado na capital de Palmas-TO. Dessa forma, o local torna-se o específico, o que propicia que o educando se veja

como sujeito da reflexão, da análise e, com isso, poderá se ver participante da História, oposto a um mero observador do processo histórico.

O ensino de História, tendo como geradores a localidade do educando e as suas experiências de vida, requer ou faz necessária a perspectiva metodológica aqui adotada: o método Paulo Freire. Esse método mostra-nos que o contexto social e político do educando tem que ser observado para construir a ação dialógica e gerar a educação libertadora a partir da “realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação” (FREIRE, 2015, p. 121).

A adoção do método Paulo Freire e a perspectiva de uma História local baseiam-se na percepção e concepção de que o ensino e a aprendizagem da História se fazem a partir da reflexão crítica acerca da realidade social do educando. Partindo desse princípio, o educador, em diálogo com os educandos, sem hierarquização, poderá possibilitar que percebam suas vidas como parte da História. Como afirma Barros (2013, p.11), “nesse sentido, de acordo com as expectativas de aprendizagem, é necessário perceber criticamente os vínculos entre história de vida e história”. Ou seja, é um pensar dialético em que se envolvem “ação e mundo”, “mundo e ação”, gerando um diálogo com a realidade dos educandos que, por sua vez, constroem uma educação libertadora. Nessa perspectiva, Freire (2015, p. 81) aponta que

Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também.

Dentro da teoria freiriana, “a dialogicidade é essência da educação como prática libertadora” (ALMEIDA, 2008, p. 01). Dessa forma, não podemos entender o método Paulo Freire como uma técnica, mas como uma forma de produzir diálogo de A com B, sendo justamente nesse sentido que queremos aplicar a teoria freiriana. Ao buscar dialogicidade do educando e educador com o meio social que os cerca, tornando-os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, cada ato cotidiano faz-se impregnado de sentido. Nas palavras de Freire (2015, p. 35): “é exatamente esta unidade dialética que gera um atuar e um pensar certos na e sobre a realidade para transformá-la”.

Ao partir do local, temos a possibilidade de trabalhar com uma realidade mais aproximada, podendo estabelecer relações sociais. Contudo, também não podemos deixar de relacionar o local com a História nacional e global, como alertam alguns estudiosos a respeito da

[...] necessidade de não isolar ou fragmentar os conteúdos históricos, incentivando para que o professor articule o tempo todo no estudo o conteúdo da História Local e do cotidiano com o cenário nacional e global. Evitando com isso que a criança crie a noção errônea de que apenas no local há História, mas relacione com os demais locais e compreenda as diferentes temporalidades e as variadas representações do tempo por sociedades em diversos locais do mundo. (BIANCHEZZI et al., 2014, p. 195)

Assim, a História local/regional é um meio que possibilita tal ação, por ser a partir do local social que o educando começa a sua construção como cidadão e pode se perceber integrante da História e de sua história, em diálogo com seu meio social, e não apenas como um observador do processo histórico. Sendo assim, essa estratégia de ensino-aprendizagem permite uma “aproximação” do educando com a narrativa histórica, uma vez que a aprendizagem não se concebe apenas no espaço escolar, mas também fora dele. Para isso, a região, a cidade e o bairro são o princípio para uma aprendizagem significativa: por sua proximidade, o educando poderá perceber a narrativa histórica estudada e se perceber nela. Isso se dá porque

[...] a história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele produzido no alto nível de conhecimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (SAMUEL, 1990, p. 220)

É pertinente destacar que a História local como estratégia de ensino-aprendizagem torna-se importante por permitir uma articulação dos temas geradores, sendo estes o cotidiano do educando com os conteúdos trabalhados em sala. Os temas geradores, ao entrarem no processo de ensino-aprendizagem e problematização utilizando as especificidades e diferenças locais, podem, assim, propiciar diálogos e aproximar o aluno de seu contexto histórico, tornando o ensino/conhecimento mais “palpável”, ao suscitar sentimentos de pertencimento, de identificação.

Esse é um fator dinâmico da História local que a diferencia da História Global apresentada nos livros didáticos. A aproximação do conteúdo permite destacar as diferenças culturais que há dentro de um mesmo local, sendo que o efeito de

conhecer a história do lugar/região faz com que se construa uma compreensão do educando sobre a sociedade e sobre si como parte do processo histórico. Para além de se observar como parte, percebe-se, sobretudo, como pertencente ao espaço.

Nesse aspecto, o ensino de História, por meio da História local, ganha forma, pois irá se diferenciar dos conteúdos postos, de certa maneira, como “imutáveis”, vistos como um mero exercício de memorização por meio dos livros didáticos, ou “uma disciplina baseada num conhecimento imutável que pouco desenvolve as capacidades cognitivas das crianças. Menos ainda inicia a aprendizagem do meio social, temporalmente localizado” (ABUD, 2012, p. 558).

Essa possibilidade de ter uma História da qual o aluno se sinta participante demonstra a importância da História local como ferramenta de ensino e aprendizagem. O recorte regional pode utilizar fontes históricas que aproximam o aluno do conteúdo histórico, enfatizando que o educando é um sujeito histórico e participante da história, ao proporcionar a valorização e a contribuição na construção de seu espaço como uma forma de produção e compreensão do conhecimento. Em outras palavras,

[...] como elemento constitutivo da transposição didática do saber histórico para o saber escolar, a História Local pode ser vista como estratégia pedagógica. Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. (BARROS, 2013, p. 18)

A História local é uma forma de inserção do educando no processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que o cotidiano se encha de significado por meio do conhecimento histórico, diálogo e reflexo-crítico acerca da realidade social, da participação das pessoas comuns no processo de construção da narrativa histórica, de modo a articular esses saberes sociais com os conteúdos curriculares.

Essa inserção do educando por meio do ensino da História local é uma alternativa que valoriza a “atitude intelectual do aluno no desenvolvimento e envolvimento em trabalhos que favoreçam sua autonomia para aprender” (BARROS, 2013, p. 2). Através dos temas tratados nas aulas, serão especificamente aqui sobre o processo de Autonomia do Norte Goiano (1821-1823), ou outros temas, a depender da cidade, da região, tais como a Guerrilha do Araguaia em Xambioá-TO, Projeto Rio Formoso em Formoso do Araguaia-TO ou os impactos da construção da barragem de Estreito-MA.

Com isso, abre-se a possibilidade para que o educando se perceba participante da construção da narrativa histórica, podendo relacionar o seu cotidiano, em seu espaço local, aparentemente desprovido de importância histórica, com a História que é contada nos manuais. Percebemos que é preciso conhecer essa História para que possamos compreender a situação social, política, econômica e cultural do local onde vivemos, proporcionando o despertar do interesse do educando e chamar sua atenção sobre o caráter simbólico que o rodeia.

Essa relação de envolvimento dos educandos com a História que há em seu entorno permite aos estudantes uma interação no e com o meio ao qual pertencem. Isso quer dizer que, ao se estudar História local, nas palavras de Fagundes (2006), se constitui “o local como lugar de experiências e observação privilegiada do sentir-se *sujeito da história*”. Por ser um lugar privilegiado, torna-se mais sensível o ensino de História quando os conteúdos são trabalhados a partir da realidade local, o que faz desta, como objeto de estudo e aprendizagem, um condicionante motivador.

### **1.3 O ensino da História do Tocantins**

Quando temos que pensar o ensino da História do Tocantins, ou seja, considerar o regional por meio da sua História, algumas perguntas nos surgem: Qual é a nossa História? Como essas narrativas históricas foram construídas? Inquirimos sobre esses pontos como professores de História, porém, os educandos que recebemos em sala não trazem tais questionamentos. Por outro lado, conseguimos observar um significativo interesse por temas como Segunda Guerra Mundial, Ditadura Militar, Holocausto. Nessa seara, a História regional não aparece, notando-se um desinteresse, por parte dos educandos, em aprender a História do estado em que moram.

Deparamos com essa questão ao recebermos os alunos no Ensino Médio, quando nos indagamos se o estudo da História local/regional é obrigatório na educação básica, como rege a LDB, no artigo 26:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Qual o motivo do desconhecimento e uma espécie de desinteresse por parte dos alunos em conhecer a História de seu estado? A partir dessa inquietação, percebemos que há dificuldades no processo de ensino. Por isso, tentaremos trazer algumas possibilidades para ampliar a forma de ensinar a História regional. Sobre as dificuldades, ouve-se muito dos professores, no cotidiano escolar, sobre a falta de material didático direcionado para o ensino, ao passo que há alternativas pedagógicas para abordar a História Geral, que significa basicamente Europa e América, bem como, no mesmo livro didático, a História do Brasil, com conteúdo nacional.

Assim, fica a cargo do professor fazer o levantamento de recursos pedagógicos com os conteúdos locais, ou seja, o aluno não recebe material com a História de seu estado. O que se encontra nas escolas são alguns trabalhos acadêmicos – como o livro intitulado *Movimento Separatista do Norte de Goiás 1821-1988*, que teve origem na dissertação de mestrado de autoria da professora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, de 1999, da Editora da UCG – e também materiais no formato pré-vestibular e concursos – como os livros *Conhecendo o Tocantins: História e Geografia*, de Júnior Batista do Nascimento, de 2007, publicado pela Asa Editora, e *Tocantins – Saga e História*, de Cleiton Oliveira, de 2012, publicado pela Editora Kelps.

Há um outro material, com o título “*Tocantins ano 10*”, uma cartilha escolar, institucional, que foi publicada em novembro de 1997 pela Companhia Lithográfica Ypiranga e distribuída pelo Governo do Estado, via Secretaria da Comunicação, que teve circulação nas escolas em comemoração aos dez anos do estado do Tocantins, em formato de gibi. Esses materiais seriam os meios pelos quais o professor ministra suas aulas sobre o Tocantins.

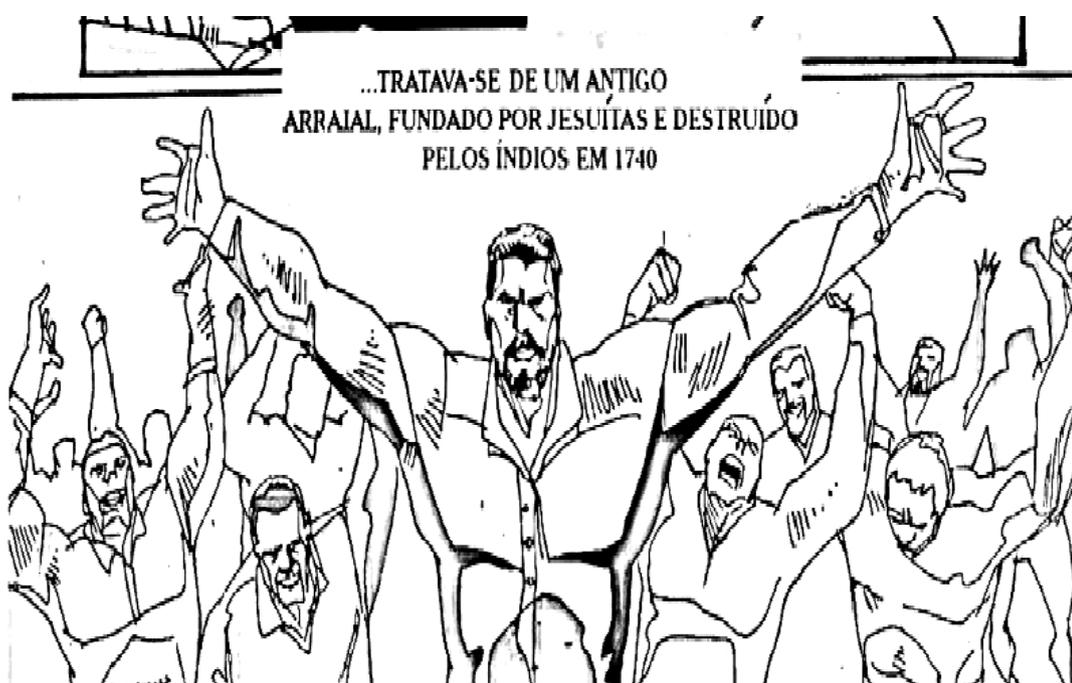
Os materiais mencionados acima são mais usados pelos professores nas redes estaduais e federais de ensino no estado do Tocantins, compreendendo livros que não fazem parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Porém, as aulas sobre a História regional têm por base esses livros, que não são didáticos. Desse modo, o ensino de História no estado esbarra nesse obstáculo, que é a falta do livro didático pensado e construído partindo do local para o nacional.

O conteúdo da publicação “*Tocantins ano 10*” traz uma narrativa que segue um caminho do que poderíamos chamar de história oficial do Tocantins. Distribuído pelo Governo do Estado do Tocantins em 1997, esse gibi carrega sentidos e

objetivos, qual seja, justificar e legitimar, ou como diz Pierre Bourdieu, “fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer” as narrativas a respeito do estado do Tocantins. Vieira (2014), com base em estudos historiográficos, afirma que essa narrativa oficial foi construída devido a “demandas políticas do presente”, que queriam conferir legitimidade histórica à separação do Norte Goiano nos anos de 1980.

Nesse mesmo caminho, a cartilha em formato de gibi, produzida possivelmente sob encomenda para o estado, em 1997, traz o discurso de que a região do Norte Goiano, ou seja, a Comarca do Norte, desde a independência, já almejava a sua autonomia. A narrativa do ensino de história do Tocantins veiculada no espaço escolar por meio desse gibi também reproduz uma memória oitocentista de que os indígenas eram a causa da decadência de Goiás, conforme notamos na imagem abaixo:

**Figura 1 – Teotônio Segurado**

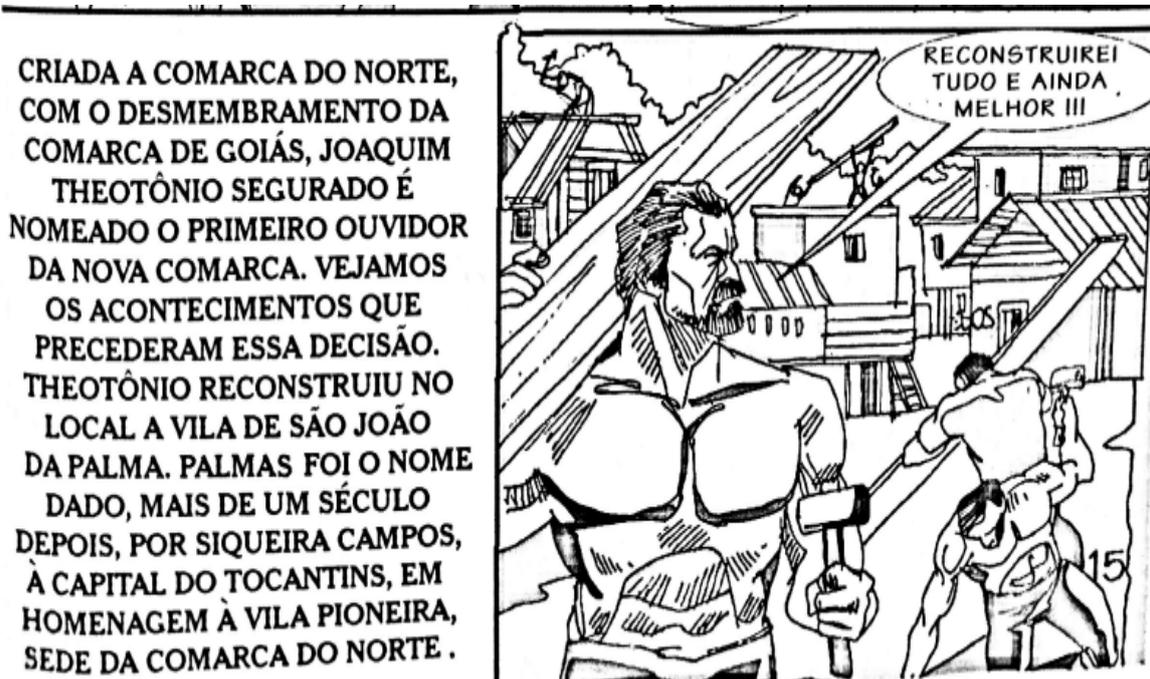


Fonte: Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. Tocantins ano 10.

A representação dos indígenas como “selvagens”, como afirma Vieira (2018), foi muito usada pelos agentes estatais no século XIX, que queriam justificar a invasão e exploração econômica das terras indígenas. Ademais, analisando a imagem propriamente, temos Teotônio Segurado como liderança do Movimento

Autonomista sendo exaltado, o que, de certa forma, esconde as disputas que havia intraelites nessa época.

**Figura 2 – “Reconstrução” da Comarca do Norte**



Fonte: Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. Tocantins ano 10.

Na Figura 2, o texto veicula outra informação associada ao ensino de História do estado, que comemora na data de 18 de março o Dia da Autonomia, fazendo referência à separação das duas comarcas em 1809, antes ainda do Movimento Autonomista do Norte Goiano, iniciado em 1821. Como não há uma nação sem passado, como afirma Hobsbawm (2000), recorre-se nessa frase à separação das comarcas para buscar legitimar o discurso que foi utilizado para a separação do estado do Tocantins.

**Figura 3 – Cobranças de impostos**



Fonte: Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. Tocantins ano 10.

Essa outra imagem apresenta o povo do Norte Goiano como explorado pela Comarca do Sul. Tal discurso de exploração foi muito veiculado no contexto da independência, servindo também para fazer a crítica e justificar o pedido de separação do estado no século XX. Conforme já apontamos, o discurso de que havia um sentimento de separação é trabalhado de tal forma que faz parecer que não fica restrito ao século XIX, mas permanece vivo nos próximos 150 anos, tal como é apresentado na imagem a seguir:

**Figura 4 – Brado de autonomia**



Fonte: Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. Tocantins ano 10.

A partir da imagem, percebemos que essas representações constituem enunciados performativos, no sentido de enunciar o que almejam que seja realidade. Nesse sentido, como diria Bourdieu (1989, p. 118), “O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto”. Vieira (2014), dentro de uma visão bourdiana, falando sobre o Movimento Autonomista do Norte Goiano, afirma que a “intenção é tornar realidade a representação, ou seja, quer fazer acontecer aquilo que enuncia e tornar conhecida e reconhecida como legítima, e não arbitrária, a divisão do mundo social”. Portanto, reiteramos que o discurso de impostos abusivos foi utilizado como forma de legitimar a separação, da mesma forma que a separação produz a ênfase no discurso de impostos abusivos:

Mas não é tudo: ‘a realidade’, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais ‘naturais’ apoiam - se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior, da relação de forças no campo de lutas pela delimitação legítima. (BOURDIEU, 1989, p. 115)

Voltando para as questões dos materiais e seus usos nas escolas, não defendemos que simplesmente a falta do livro didático faz com que a aula seja prejudicada. No entanto, o uso de uma pesquisa acadêmica como suporte didático, por exemplo, é um problema para a construção da aula, porque o professor fica à mercê de uma transposição didática por meio de um material que não foi pensado

para tal objetivo. Por mais que o gibi trate do processo político de criação do estado do Tocantins, não é ainda um material adequado para os fins didáticos.

O livro *Movimento Separatista do Norte de Goiás 1821 – 1988*, de Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, faz parte do material que o governo envia para as escolas estaduais, o qual se mostra como um exemplo muito claro do distanciamento que há entre o educando e o conteúdo. Trata-se de um livro fruto da pesquisa de mestrado, portanto, não é didático, tendo em vista sua linguagem acadêmica, o tom de pesquisa e o não direcionamento para uma aula de Ensino Médio. Então, os professores têm que construir suas aulas a partir de uma pesquisa acadêmica, algo que dificulta tanto a qualidade dessa aula como o entendimento dos alunos, fazendo com que o ensino da História do estado se torne algo distante dos discentes.

Em suma, o professor tem em mãos livros com linguagem acadêmica, ou de pré-vestibular e para concursos, como as obras dos professores Júnio Batista do Nascimento e Cleiton Oliveira, com um recorte da História do Tocantins voltado para uma História política e econômica a partir da ideia de desbravamento. Essa perspectiva mostra que o processo de povoamento nos séculos XVII e XVIII tinha o propósito de “ocupar, antes que outro ocupe” para fins de mineração e povoamento.

É justamente nesse período marcado por essas invasões que Portugal toma medidas expansionistas dentro da ótica de “ocupar, antes que outro ocupe”. A expansão da colonização rumo às terras no Norte de Goiás pode também ser explicada pelo declínio do comércio de açúcar no mercado europeu, onde se estimulará a busca de metais preciosos em terras brasileiras, através de expedições oficiais ou não. (OLIVEIRA, 2012, p. 25)

Percebe-se na narrativa do livro *Tocantins – Saga e História*, do professor Cleiton de Oliveira, uma história política e econômica cujo eixo central, o Norte de Goiás, faz sempre um paralelo com os demais acontecimentos do país, a exemplo do capítulo 4 – “O Norte de Goiás na crise do Sistema Colonial (Final do século XVIII e início do século XIX) – e do capítulo 12 – “Década de 80: A intervenção do Tocantins”. Embora o livro não seja didático, a proposta de abordagem é próxima da História local, pois constrói uma narrativa partindo do Norte de Goiás, sendo, por esse motivo, utilizado pelos professores ao ministrarem as aulas de História regional.

O livro *Conhecendo o Tocantins: História e Geografia*, do professor Júnio Batista Nascimento, segue o mesmo caminho da obra de Cleiton de Oliveira, ao abordar uma narrativa política voltada para a criação do estado, tendo com eixo essa trajetória de luta, como o autor afirma no capítulo 2 – “Trajetória e luta pela

criação”. Esse capítulo é dividido em tópicos muito específicos, para narrar uma história política – O início da luta pela criação do Tocantins, Período Imperial, O sonho continua –, ou seja, é mostrada uma história de luta e conquistas para consolidar a criação do estado do Tocantins. Ambos os livros são informativos, mas não são didáticos e nem pensados para uma sala de aula de Ensino Médio.

Esse material não está voltado para uma aula que se utilize dos espaços sociais do educando, para que o aluno possa, por meio do momento pedagógico, se inserir no processo histórico ou até mesmo para construir a aula junto com o educando, por meio das possibilidades que o entorno da escola permite, ou o bairro e a cidade, começando do local para o nacional, do específico para o geral. Se existissem essas preocupações com o material, o educando poderia se sentir participante da História, além de não mero ouvinte de uma narrativa que se apresenta distante.

No sentido de vislumbrar uma possibilidade de se ensinar História partindo do local próximo ao educando em diálogo com a História nacional, a dissertação *Ensino de História e narrativa de alunos: um estudo sobre consciência histórica no Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes em Araguaína-To*, do professor Iltami Rodrigues da Silva, defendida em 2018, trabalhou, junto a estudantes, com narrativas produzidas por eles próprios sobre o bairro onde moravam. Esse trabalho parte do local dos educandos como meio para se construir a aula e, ao mesmo tempo, criar a oportunidade de envolvê-los. Preconizando uma educação que não está restrita à figura do professor como detentor do conhecimento e os alunos como meros receptáculos, o trabalho propõe uma aula construída com diálogo e participação entre docente e discente.

A construção de uma aula participativa na qual se busca envolver os educandos possibilita o ensino da História do estado/região/local onde residem os alunos, podendo ser entendida como uma ação de Pedagogia Crítica na perspectiva freiriana. Assim, há diálogo, interação, participação do professor e aluno nessa aula, a qual permite captar uma “realidade objetiva” e trazê-la para os momentos de ensino e aprendizagem. Possibilita também uma educação crítica com dialogicidade, na qual há um diálogo com a realidade do educando para assim nela intervir:

É que não haveria ação humana se não houvesse uma realidade objetiva, um mundo como “não eu” do homem, capaz de desafiá-lo; como também não haveria ação humana se o homem não fosse um ‘projeto, um mais além de si, capaz de captar a sua realidade, de conhecê-la para transformá-la. (FREIRE, 2015, p. 55)

Com essa possibilidade de usar o local do educando, ou seja, seus saberes sociais, é viável uma educação contrária àquela caracterizada como bancária, que parte do princípio de que “o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (FREIRE, 2015, p. 80). Ainda sobre a chamada “educação bancária”, Freire acrescenta:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem da ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. (FREIRE, 2015, p. 80)

Nesse caminho, a partir das possibilidades que se abrem para trabalhar em sala uma História local/regional, teremos a participação dos educandos e do professor para a construção das aulas, dos temas a serem trabalhados, podendo ser abordadas as histórias das ruas, das praças, dos bairros, uma História ensinada partindo do local para se construir um diálogo com a História nacional. Dessa forma, o educando poderá se perceber participante da História e não um “mero receptáculo” ou um ouvinte.

## 2 A ADESÃO À INDEPENDÊNCIA NO NORTE GOIANO (1821-1823)

Existem vários estudos históricos que abordam o Movimento Autonomista da Comarca do Norte, sobre o qual encontramos dissertações, artigos e teses que tratam das elites, da economia, dos conflitos, da luta por independência da Comarca do Norte, bem como sobre a relação entre a criação do estado do Tocantins e o processo histórico que ocorreu entre 1821 e 1823. Tendo em vista a variedade de autores, selecionamos apenas alguns textos que tratam do Movimento Autonomista da Comarca do Norte, a fim de traçar pontos de convergências, tendências e usos desse passado para uma compreensão do presente.

Pensando no ensino da História regional/local na educação básica e o aporte didático direcionado aos educandos, entendemos que, por mais que exista uma produção acadêmica, com escritas de fôlego, não há um acesso a esse material por parte dos estudantes. São textos que circulam mais no meio universitário, pois são produções, como artigos e livros, que se originam de teses e dissertações, os quais mobilizam uma linguagem especializada e de difícil compreensão para os jovens. Nesse sentido, trago aqui algumas discussões que poderiam ser sintetizadas e transformadas em um saber escolar para que pudesse ser usado na educação básica e média, o que tentaremos fazer na cartilha aqui proposta.

Para tanto, foram selecionadas as produções *A Independência em Goiás* (MOREYRA, 1972), *O discurso autonomista do Tocantins* (CAVALCANTE, 2003), *Movimento Separatista do Norte de Goiás 1821-1988* (CAVALCANTE, 1999), *Sertão, nação e região: Cunha Matos e os dilemas do Brasil e de Goiás na primeira metade do século XIX* (MACEDO, 2003), *O movimento separatista do Norte Goiano (1821-1823): desconstruindo o discurso fundador da formação territorial do Estado do Tocantins* (VIEIRA, 2014). São esses os trabalhos cujas narrativas tomaremos como base para compreender o processo histórico sobre o movimento de independência da então chamada Comarca do Norte.

No texto intitulado *A Independência em Goiás*, Moreyra (1972) apresenta uma narrativa política e econômica, focando os grupos participantes dos movimentos conflituosos que se colocavam contrários ou a favor ao domínio da Coroa. Em sua visão, “[...] embora soubessem contra quem deveriam lutar, não se definiam a respeito do objetivo da luta. Invektivavam contra a dominação e contra a presença

lusa em qualquer função pública, sem conhecerem os rumos a tomar” (MOREYRA, 1972, p. 463).

Moreyra (1972) constrói uma narrativa dividida em momentos: “A Conjuntura, O último Capitão General, A Rebelião Frustrada”. Esses exemplos mostram que o texto tem um caminho, que seria uma história dos grupos participantes da Coroa, como no caso de Manuel Inácio de Sampaio, o último Capitão General, o Capitão Felipe Antonio Cardoso, militar membro de uma das famílias mais ricas de Goiás, ou seja, membro da elite local, e também o Padre Marques, membro da Igreja. Nesse cenário, percebemos, a partir de uma seleção dos grupos representantes da elite que atuavam em Goiás, uma produção historiográfica que deixa claro o mapeamento de segmentos que representavam a Coroa Portuguesa, porém, alguns problemas podem ser traçados.

A narrativa de Moreyra (1972) pode ser chamada de ação humana no tempo, fruto das escolhas desse historiador, que ao selecionar suas fontes acaba por excluir algumas e preservar outras. Esse ato de selecionar e excluir toca “no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações” (BLOCH, 2015, p. 83).

A partir dessas escolhas feitas por Sérgio Paulo Moreyra, é construída uma narrativa sobre o passado, no caso aqui a História de Goiás com foco no processo de Independência, elaborando uma memória desse passado. Segundo Le Goff (2003, p. 525), “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.

Essa perspectiva da história política de Sérgio Paulo Moreyra, que construiu uma história/memória das elites representantes da Coroa Portuguesa, acabou por ser tornar hegemônica e serviu de norte para outros historiadores. Como exemplo, temos Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (2003) e Martha Victor Vieira (2015), que se baseiam nas produções de Paulo Sergio Moreyra (1972).

Outro autor a tratar do processo de independência em Goiás, Tairone Zuliani Macedo escreveu a dissertação intitulada *Sertão, nação e região: Cunha Matos e os dilemas do Brasil e de Goiás na primeira metade do século XIX*. No primeiro capítulo, o autor constrói uma narrativa mostrando que a independência em Goiás não estava desligada da História nacional, ou seja, o autor discute os “dilemas de

Goiás e do Brasil”, sempre apresentando esse diálogo dos acontecimentos da província com outras revoltas que estavam acontecendo pelo país afora, para além meramente do contexto nacional. Macedo (2003) mostra que, no início do governo do capitão general Manuel Inácio de Sampaio, as decisões que eram tomadas em Portugal e os acontecimentos na Europa como um todo influenciavam o Brasil e, conseqüentemente, a província de Goiás.

Tal governo teve início em meio a uma política de enfrentamento, pois a Corte portuguesa estava passando por um momento de contestação do Estado Absolutista. Aqui cabe ressaltar que não era somente Portugal que vivenciava esse processo de questionamento do poder absolutista, pois as cortes europeias como um todo passavam por tal processo após a Era Napoleônica. Os Estados Absolutistas estavam lidando com um processo de restauração de seu poder por meio do Congresso de Viena, de 1815 a 1830 (RÉMOND, 2015).

Não podemos deslocar esse momento de contestação do Estado Absolutista nas províncias brasileiras do contexto geral das monarquias absolutistas. Nesse caminho, encontravam-se as elites locais em oposição à Corte Portuguesa no contexto em foco. Sampaio encontrou grandes dificuldades de governança, contudo, se tivesse assumido o cargo de Governador de Goiás em um momento de estabilidade do poder absolutista português, não passaria por tamanhas adversidades ao lidar com as elites locais: “Fosse alguns anos antes, estando Sampaio devidamente respaldado pela autoridade de uma monarquia absoluta, pouco teria ele a temer quanto às conseqüências de suas determinações administrativas ou quanto às intrigas políticas da elite autóctone. Mas os tempos eram outros” (MACEDO, 2003, p. 23).

Nessa narrativa de Macedo (2003), podemos perceber que, no Brasil, o processo de contestação do poder absolutista era latente na capitania de Goiás. Desse modo, Sampaio percebia que sua posição política estava em questão por ser um governador representante da Coroa e, portanto, do Antigo Regime. Essa condição “[...] fornecia a seus adversários políticos um adequado pretexto e uma excelente oportunidade para alijá-lo de seu cargo de governador, exatamente como já então havia ocorrido em muitas capitanias do Brasil” (MACEDO, 2003, p. 27).

O Movimento Liberal do início do século XIX “é a primeira onda que se desencadeia sobre o que subsiste do Antigo Regime ou sobre o que acabara de ser restaurado em 1815” (RÉMOND, 2015, p. 23). Sob esse prisma, encontra-se o

governo de Goiás, na gestão de Manuel Inácio de Sampaio, tendo que lidar com esses desdobramentos políticos e sociais. Percebemos, na narrativa de Macedo (2003), uma província com disputas políticas e administrativas, tendo o governador Sampaio que lidar com as influências e os discursos liberais que vinham da Europa e alimentavam as revoltas locais contra o seu governo.

Esses conflitos locais obrigaram-no a recorrer à Coroa Portuguesa, que havia vindo para o Brasil em 1808, pois, ao combater algumas revoltas na província de Goiás, Sampaio, como um apoiador do Antigo Regime que buscava fortalecer seu governo, fez uma proclamação elogiando D. João, o Príncipe Regente, e os cidadãos goianos com o objetivo de conter as elites locais:

Entretanto, não bastava a Sampaio o esforço de consolidar internamente o seu poder. Era preciso também consolidá-lo externamente. Isso foi feito em um ofício cuidadosamente redigido, enviado ao Ministro dos Negócios Exteriores da Guerra, Carlos Frederico de Caulla. Nele, Inácio Sampaio recorreu ao estratagema de denegrir ostensivamente seu maior adversário, o padre Marques. (MACEDO, 2003, p. 30)

Nesse contexto, Sampaio se viu obrigado a tomar providências, buscando notificar oficiais da Coroa para assim fortalecer seu poder frente às investidas das elites locais que almejavam maior autonomia na capitania de Goiás. Isso porque, desde antes da chegada de Sampaio, se beneficiavam com o “ideal de conveniência dos governadores”, que gerava o chamado relacionamento amistoso das elites com o Capitão-General da capitania.

Essas abordagens que problematizam o Movimento Autonomista do Norte Goiano, relacionando o local e o nacional, é desconhecida fora do ensino superior, o que reforça a distância entre o saber acadêmico e saber escolar, indicando que é preciso adotar estratégias de ensino e construir narrativas didáticas para que o conhecimento sobre a história regional do Tocantins seja publicizado.

## **2.1 O movimento autonomista da Comarca do Norte: História e historiografia**

No livro de Cavalcante (1999) é feita uma narrativa em defesa da ideia de que o “isolamento” foi o motor que impulsionou o chamado Movimento Separatista. A historiadora elabora um processo histórico com um recorte temporal inicial em 1821, que se concretiza em 1988, como o próprio título já diz: *Movimento Separatista do Norte de Goiás 1821 – 1988*.

Sobre a ideia de isolamento, Cavalcante (1999, p. 50) assevera: “Considera-se, portanto, que o peso do isolamento e a arguida discriminação fiscal foram os fatores responsáveis para que, ainda cedo, fosse evocado na população local o sentimento separatista”. Essa afirmação refere-se às oposições do norte ao governo do sul de Goiás. No entanto, em outro momento da discussão proposta pela autora, esse mesmo discurso é utilizado para a criação do estado do Tocantins, ou seja, é uma narrativa construída para defender que o “sentimento separatista” se manteve vivo na população do norte goiano:

A conjuntura nacional desse momento parecia bastante oportuna e as razões inúmeras para que, uma vez mais, a partir de 1956, o norte de Goiás pudesse promover seu discurso separatista, considerando o desmembramento como a única saída para que a região se integrasse à marcha desenvolvimentista. (CAVALCANTE, 1999, p. 102)

Ao afirmar que o Norte Goiano poderia mais uma vez utilizar o discurso separatista, pois seria o momento oportuno para se desenvolver, percebe-se o pensamento de isolamento como meio para buscar a separação de Goiás. No entanto, esse discurso não é natural, sendo uma classificação que, por sua vez, foi utilizada para legitimar a luta separatista. Assim, pensando que esse discurso de isolamento pode ser visto como “fronteira”, produz a luta separatista e, portanto, esta produz o discurso de isolamento: “A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta” (BOURDIEU, 1989, p. 115).

Em outro livro que tem por título “*O discurso autonomista do Tocantins*”, fruto de sua pesquisa de doutorado, a historiadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante aborda a Autonomia do Tocantins, buscando interpretar a história da divisão da província de Goiás em duas comarcas: a do Sul, onde hoje é Goiás, e a do Norte, que hoje é o Tocantins. Tal separação é problemática na perspectiva historiográfica do livro, no qual se debatem os relatos que legitimavam a criação do estado do Tocantins. Nesse sentido, a narrativa focando no Movimento Autonomista da Comarca do Norte de 1821 a 1823 selecionou discursos que davam legitimidade à criação do estado do Tocantins, como se o que havia acontecido na primeira metade do século XIX tivesse continuidade no final do século XX. Entretanto, pelo contrário, não são progressivamente sucessivos os acontecimentos, pois o que faz “parecer contínuo” são as escolhas das fontes, as quais fazem com que esse passado construído pela historiadora seja preservado na memória (LE GOFF, 2003).

Cavalcante (2003) constrói o que podemos chamar de discurso fundador ou o que Bourdieu (1989, p. 114) chama de fronteira, não sendo “mais que um produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade”. Ao trabalhar a História do processo de autonomia do Norte Goiano, a autora vai traçando pontos que relacionam o que ela chama de sentimento separatista com a luta de criação do Tocantins:

A discriminação fiscal aos mineradores do Norte retrata tão somente o quanto essa região encontrava-se estremeçada em seu relacionamento com o Centro-Sul. O Norte, por sua condição de isolamento, sentiu ação dessa política fiscal espoliativa como uma maneira de se evitar contrabando. Considera-se, portanto, que o peso do isolacionismo e a arguida discriminação fiscal foram fatores responsáveis para que, ainda cedo, fosse evocado na população local o sentimento separatista. (CAVALCANTE, 2003, p. 22)

As dificuldades geradas pelo dito “isolacionismo” da Comarca do Norte, como mostrou a autora (CAVALCANTE, 2003), fizeram surgir nos mineradores e moradores da região norte do estado um “sentimento separatista”, que não ficou perdido no século XIX. Esse sentimento, na perspectiva de Cavalcante (2003), ainda estava vivo no século XX e alimentou a luta pela criação do estado do Tocantins. Nesse caminho, a autora faz o recuo ao passado, ou seja, o Movimento Autonomista do Norte Goiano relacionava-se ao sentimento separatista e conferia legitimidade ao discurso de criação do Tocantins nos anos de 1980. Desse modo,

[...] no caso das articulações da autonomia política das lideranças do Norte de Goiás, e seus momentos peculiares 1821/1823 e ano de 1980 –, o discurso é repetitivo quanto ao posicionamento de algumas lideranças municipais. Entretanto, no que se refere às relações sociais, políticas e econômicas em jogo, a transformação é peculiar em cada um de seus tempos. Tanto que o município de Arraias, significativo politicamente no Norte de Goiás, repetiu, no discurso de 1980, a divisão das lideranças políticas ao apoiar o projeto de autonomia regional. Entretanto, no campo de relações políticas, no mesmo projeto de autonomia dos anos de 1980, a posição que venceu foi a das lideranças de Arraias, mais expressivas politicamente, com a representação federal e estadual em Goiás, favoráveis à criação do Estado do Tocantins. (CAVALCANTE, 2003, p. 39)

A partir dessa discussão central, a autora buscou no processo autonomista de 1821 a 1823 um discurso no qual se traçam comparativos e se propõe a construção de uma narrativa que embasava e legitimava os políticos, envolvidos na década de 1980 no Norte Goiano, na luta para dividir o estado de Goiás. Esse ponto abordado por Cavalcante (2003) tem o objetivo de demonstrar que o discurso autonomista do Tocantins tem seu início na luta separatista da comarca de Goiás, nos primórdios do processo de independência.

A tentativa de amarrar dois acontecimentos separados por aproximadamente 150 anos é o que podemos chamar de “discurso performativo”, pois ao fazer uma história linear se busca legitimar as lutas do presente estudado, que seria a criação do estado do Tocantins. Como afirma Bordieu (1989, p. 116), “O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada”.

Nessa senda, o discurso fundador do estado do Tocantins ligado ao movimento autonomista do Norte Goiano é abordado no artigo intitulado “*O movimento separatista do Norte Goiano (1821-1823): desconstruindo o discurso fundador da formação territorial do Estado do Tocantins*”, da historiadora Martha Victor Vieira. Para a autora, essa relação é construída em torno de um debate historiográfico, demonstrando os problemas dessas interpretações lineares da História. Detaca-se, nesse sentido, o discurso de duas historiadoras em atuação no campo da História, no qual, em suas abordagens, percebemos os objetivos de cada narrativa.

Nesse cenário, Cavalcante (2003) fica restrita a um tipo de narrativa que privilegia certas circunstâncias e acontecimentos políticos, trazendo uma abordagem que negligencia o lugar e a época de fala dos atores. Em outras palavras, a historiadora privilegia o episódio, deixando de analisar e comparar o tempo e o espaço, as dimensões sociais e culturais, numa História que fica “[...] restrita a uma dimensão linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e dispensando as multidões trabalhadoras” (FERREIRA; FRANCO, 2013, p. 54). Na contrapartida, Vieira (2014) constrói uma historiografia destacando a necessidade de fazer a crítica às fontes oitocentistas, que são datadas.

Cavalcante (2003) trabalha as narrativas históricas tendo em vista o tempo presente. Desse modo, percebemos “que naturaliza, de forma anacrônica, a formação política e territorial do Tocantins e negligencia as questões geopolíticas envolvidas nas disputas ocorridas na época da independência” (VIEIRA, 2014, p. 64). Esses problemas aparecem nas narrativas quando se faz uma história em que se busca no processo de autonomia do Norte Goiano interpretar e legitimar a luta e a criação do estado do Tocantins.

A abordagem de Vieira (2014) também faz uma crítica ao tipo de narrativa trazida por Cavalcante (2003), tendo em vista que as narrativas históricas que

adotam uma perspectiva nacional acabam por esquecer as lutas, as questões regionais e as articulações políticas e também administrativas, as quais ficam perdidas ou desdenhadas ao se construírem as narrativas que trazem o processo de autonomia do Tocantins como um acontecimento linear:

[...] analisando o discurso fundador da “história do Tocantins”, notamos que as articulações regionais e a conjuntura política incerta de Goiás, especialmente do Norte Goiano, durante o processo de independência, foram esquecidas pelos historiadores, os quais sugerem que o projeto político de formação desse Estado começou a ser estabelecido no movimento autonomista iniciado em 1821. Esse discurso fundador é anacrônico e precisa ser desconstruído porque não nos permite compreender o campo de possibilidades abertas ao Norte Goiano nesse período histórico. (VIEIRA, 2014, p. 68-69)

No livro *O Império das Facções* (2015), embora enfoque a dimensão política, a historiadora Martha Vieira (2015), ao falar do processo de independência em Goiás, faz referência aos indígenas, que eram tratados como inimigos internos, e aos movimentos dos militares, que eram recrutados de forma compulsória. Igualmente, Vieira (2015) busca mostrar a relação entre local e regional, destacando que os textos sobre história são datados. Ao realizar essa discussão, a historiadora faz uma crítica à interpretação apresentada por Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, a qual busca no movimento separatista do século XIX as bases que deram origem ao estado do Tocantins (VIEIRA, 2014). Ao recorrer ao ideário separatista, constrói-se uma história como se fosse contínua, deixando de abordar as características locais presentes no processo de autonomia do Norte Goiano.

Como expressado no início do capítulo, o objetivo deste debate historiográfico é poder construir algumas bases para estruturação da cartilha no terceiro capítulo. Para tanto, busquei demonstrar por meio desses historiadores selecionados as narrativas a respeito da História das duas comarcas, trazendo a discussão para como essa História serviu para construção, ao mesmo tempo que legitimou a necessidade de separação e criação do estado do Tocantins. Nesse contexto, o material é elaborado com a intenção de fomentar um debate sobre a História e historiografia do Movimento Autonomista do Norte Goiano.

Na cartilha proposta, enfoca-se, sobretudo, eventos políticos do contexto da independência, contudo, buscamos problematizar e dialogar com a História social do local, chamando atenção de forma crítica para alguns elementos da História tradicional que acabam por construir uma memória a respeito da criação do estado do Tocantins, como, por exemplo, o uso a imagem de Teotônio Segurando na

administração da Comarca do Norte. Nesse sentido, inserimos a presença dos indígenas com suas lutas e resistências frente aos representantes da Coroa Portuguesa que, nesse processo de expansão colonial, perseguiram e invadiram os territórios dos povos originários.

### **3 UMA PROPOSTA DE CARTILHA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL**

#### **3.1. Ensino de História do Tocantins: uma demanda curricular**

O objetivo de produzir uma cartilha de História local para ser utilizada em sala, neste caso no Ensino Médio, vem da necessidade de termos um material didático no qual o educando perceba que a História não é algo distante dele, podendo estar mais perto que imagina. Esta cartilha é uma demanda urgente, pois há um déficit de material adequado para o ensino de História local/regional no estado do Tocantins, por se tratar de habilidades necessárias para a formação do educando, como podemos perceber na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): “(EF08HI13) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado” e “(EF08HI14) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império” (BRASIL, 2018, p. 377).

A História regional, como já citado no capítulo anterior, teve expressiva contribuição das produções historiográficas universitárias, porém, essas obras são acadêmicas, o que faz delas uma referência inviável para alunos da educação básica. Torna-se necessário, portanto, a produção/elaboração de um material que leve em consideração essa produção acadêmica, mas que seja didático e adaptado para o público-alvo, que são os educandos em foco.

Nesse sentido, estamos trabalhando para buscar desenvolver um conteúdo didático para ser ministrado em sala de aula, não como um material a ser reproduzido, mas que sirva de suporte para outros, podendo ser aperfeiçoado. Espera-se ainda que esse material, no qual é trabalhado o processo de autonomia do Norte Goiano, possa servir de apoio para outros com diversas Histórias do estado do Tocantins, em diferentes regiões. Partindo disso, entendemos que o ensino da História local pode contribuir para a compreensão de estruturas temporais e espaciais, na medida em que venha situar o estudante no processo histórico.

Para tanto, vamos trabalhar questões que fazem parte do contexto do processo de autonomia do Norte Goiano, dentre as quais estão os aspectos relacionados ao lugar, apresentado por meio de mapas: a sociedade, passando por alguns pontos sobre Teotônio Segurado e trazendo referência para os alunos a partir

dos marcos históricos, a exemplo da Avenida Teotônio Segurado, em Palmas, por meio de imagens; a economia, no sentido de mostrar um pouco da mineração, da pecuária e da agricultura. Sobre os aspectos econômicos, em diálogo com a sociedade, enfocaremos as questões escravagistas, em que os escravizados estavam inseridos tanto na sociedade como na economia da província de Goiás, uma vez que a mão de obra utilizada na agricultura, na mineração e no segmento agropastoril era escrava.

**3.2 UMA PROPOSTA DE CARTILHA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA  
DE GOIÁS/TOCANTINS**

**CARTILHA DE HISTÓRIA**

**O MOVIMENTO  
AUTONOMISTA  
DO NORTE GOIANO**

**1821 - 1823**



**Juliano de Oliveira Rosa Neves**

## SUMÁRIO

<b>COMO TRABALHAR O PROCESSO DE AUTONOMIA DO NORTE GOIANO.....</b>	<b>54</b>
O lugar.....	54
A sociedade.....	54
A economia.....	56
<b>ESTANTE.....</b>	<b>57</b>
<b>UNIDADE I: POVOS ORIGINÁRIOS DO TOCANTINS E DE GOIÁS.....</b>	<b>58</b>
Propostas de atividades.....	61
Caça-palavras.....	62
<b>ESTANTE.....</b>	<b>62</b>
<b>UNIDADE II: CENÁRIO POLÍTICO - TEOTÔNIO SEGURADO.....</b>	<b>63</b>
Desenvolvimento e navegação.....	66
Proposta de aula interdisciplinar com o professor de Geografia.....	66
Bacias hidrográficas.....	66
Proposta de atividade .....	71
<b>ESTANTE.....</b>	<b>71</b>
<b>UNIDADE III: MOVIMENTO AUTONOMISTA DO NORTE GOIANO (1821-1823)..</b>	<b>72</b>
Ideias liberais e reação das elites goianas.....	75
Tocantins e seus desdobramentos históricos e políticos.....	77
<b>ESTANTE.....</b>	<b>80</b>
<b>UNIDADE IV: CAMARGO FLEURY - UM PADRE NA POLÍTICA.....</b>	<b>81</b>
Proposta de atividade.....	82
<b>ESTANTE.....</b>	<b>83</b>
<b>ORGANIZADORES GRÁFICOS.....</b>	<b>84</b>
<b>GABARITO.....</b>	<b>89</b>

## Direcionamentos para uso da Cartilha

Propomos uma cartilha didática sobre o Movimento Autonomista do Norte Goiano por entendermos que falta material voltado para o ensino de História regional. Na composição deste material, faço destaque para alguns pontos estruturais da cartilha para manuseio/uso do professor. Na estrutura deste material, temos no final de cada unidade um tópico por título “Estante”, no qual há as referências que foram utilizadas na produção da cartilha, caso o professor queira aprofundar nos temas. Também foram construídos “Organizadores Gráficos”, que são encontrados no final do material na intenção de deixar o conteúdo mais didático e auxiliar no ensino e aprendizagem, pois propicia uma organização dos conteúdos, informações, ideias e personagens.

Nesse intuito, destacamos o lugar, como forma de situar o educando no tempo e no espaço, sendo utilizados, para tanto, mapas com referência às comarcas e suas respectivas capitais: Comarca do Norte, tendo como capital São João das duas Barras, atual Marapá -PA; e a Comarca do Sul, com a Cidade de Goiás como capital. Além disso, há um mapa com referência à Avenida Teotônio Segurado.

No que diz respeito ao tópico sobre a Sociedade, constam informações referentes à distribuição geral da população de Goiás, por meio de gráfico contendo os seguintes dados: a capitania de Goiás contava com uma população de 40% de escravizados e 60% de homens livres, sendo que o povo livre era composto de brancos, pardos e escravos alforriados; a população branca era de apenas “13% do conjunto total da população” (OLIVEIRA, 2015, p. 178). Além disso, também mostro algumas das nações indígenas que há no estado Tocantins e Goiás, para que, por meio do entendimento das várias culturas existentes, possamos compreender melhor nossa região, a fim de construir um ensino sobre o meio social em que o educando vive. Com isso, será possível entender o motivo pelo qual algumas ruas levam nomes de personagens, como, por exemplo, Teotônio Segurado, em Palmas.

No que tange à Economia, foram abordadas as questões relativas à mineração, à economia familiar, ou seja, ao comércio local. Como afirmam Salles e Dantas (1988, p. 43), “[...] produzir além do necessário era pura perda”. Assim, a economia girava em torno do cativo lavrador, o qual cuidava da terra, lavrava, fazia as queimadas periódicas. Percebemos que o capital financeiro passava pela mão de obra dos escravizados. Essa perspectiva de abordagem tem como objetivo propiciar

ao educando a compreensão das narrativas existentes sobre as formas de subsistência e a razão pela qual a região do Norte Goiano tem a fama de produtora de gado.

A partir desse cenário, há nesta cartilha uma abordagem sobre os indígenas ou povos originários, no sentido de levantar uma discussão sobre as lutas e perseguições sofridas. Além disso, foi elaborado um caça-palavras como proposta de atividade, construído para que os alunos venham a conhecer algumas das nações indígenas. O material tem por objetivo dialogar com o local do educando. Assim, esperamos que a cartilha sobre a História da região do Tocantins possa ser utilizada em sala de aula como aporte para os professores da educação básica.

Para tanto, utilizei como tema gerador a Avenida Teotônio Segurado, uma das principais avenidas da capital do estado do Tocantins, Palmas. O objetivo é estudar o Movimento Autonomista do Norte Goiano a partir de uma liderança que remonta ao processo de independência, que foi evocada na década de 1980, para justificar a criação do estado do Tocantins, razão pela qual seu nome possui destaque na escrita e no ensino da História dessa região. Para isso, serão feitas perguntas direcionadas ao educando por meio de imagens da avenida e do próprio Teotônio Segurado, a fim de iniciar a discussão.

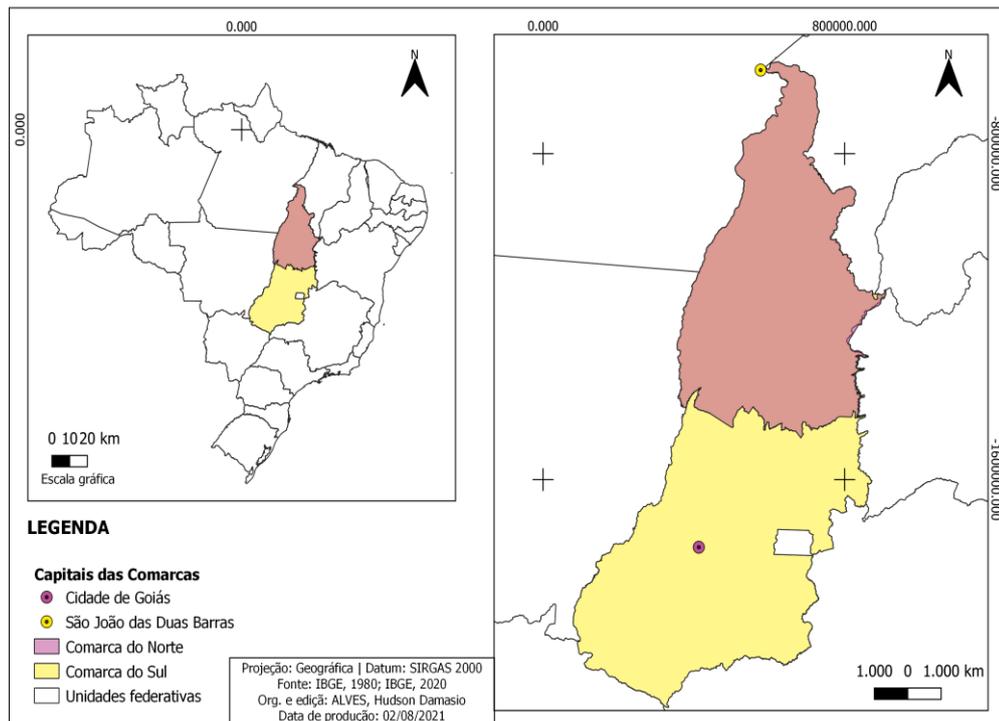
Vale ressaltar que aqui foi escolhida essa avenida de modo específico, mas na mesma linha de aplicação da aula é possível substituir por outros temas ou objetos, como mostra o exemplo a seguir: “Guerrilha do Araguaia” em Xambioá-TO, no extremo norte do estado, sendo que poderia ter como “gerador” o líder do movimento – Osvaldão, ou mesmo a presença indígena no Estado do Tocantins, que ainda hoje é notória, tendo como tema o estudo de algum povo específico. Sendo assim, espero que este material seja um suporte para os professores na construção das aulas de História Regional.

## COMO TRABALHAR O PROCESSO DE AUTONOMIA DO NORTE GOIANO

### O lugar

A capitania de Goiás era dividida em Comarca do Norte, atual Tocantins, com a sede em São João de Duas Barras (atual Marabá-PA), e Comarca do Sul, com sede na Cidade de Goiás. É importante destacar que a ocupação de Goiás ocorreu no contexto de ocupação do “Nordeste paulista e do Triângulo Mineiro, com a descoberta do ouro nas regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás na primeira metade do século XVIII” (OLIVEIRA, 2015).

**Figura 5 - Mapa do Brasil com referência às Comarcas do Norte e do Sul**

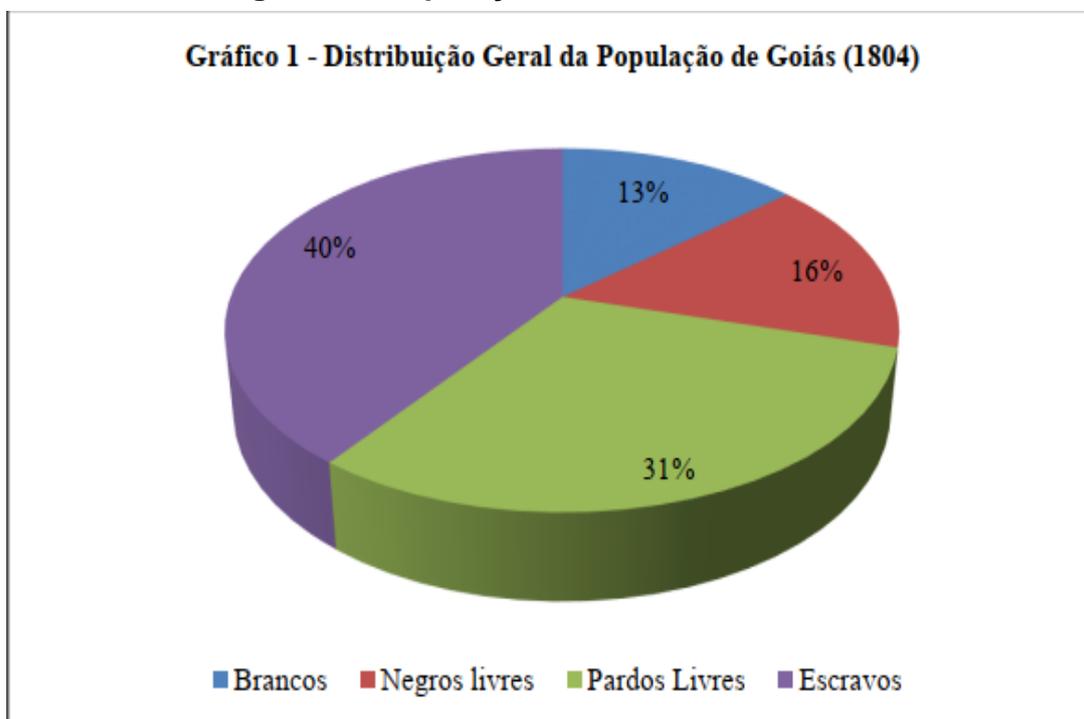


### A sociedade

A capitania de Goiás contava com uma população de 40% de escravizados e 60% de homens livres, sendo que o povo livre era composto de brancos, pardos e escravos alforriados. Nesse cenário, segundo Oliveira (2015, p. 178), os brancos

eram apenas “13% do conjunto total da população”. No entanto, apesar de ser um grupo minoritário, era a população branca que detinha a posse da terra e da riqueza.

**Figura 6 – População de Goiás no início do século XIX**



Fonte: Oliveira (2015, p. 178).

Sobre a população escrava, trazemos aqui algumas informações concernentes às funções desempenhadas e suas procedências. Segundo Salles e Dantas (1988), os cativos trabalhavam nas fazendas agropastoris, nas pequenas lavouras, nos povoados, em trabalhos domésticos ou artesanais e como jornaleiros. Esses cativos, de modo geral oriundos do Congo, Moçambique e Angola, foram para o Centro-Oeste nas primeiras expedições à procura de índios e também de ouro. Os escravizados tinham uma condição de vida muito difícil, a qual podemos chamar de uma condição de trabalho compulsório-exploratório sub-humano, com uma má alimentação, resumida basicamente ou quase que integralmente por milho, além de doenças tanto por água contaminada quanto por trabalho esgotante, havendo também os castigos físicos (PALACIN; MORAES, 1994).

Além disso, havia os escravizados que trabalhavam nas minas, apesar de não ter sido duradoura a mineração. Palacin e Moraes (1994) afirmam que um “mineiro poderoso” tinha aproximadamente 250 escravizados, mas, com o declínio da mineração, encontrar um mineiro com mais de 12 escravizados era algo considerado

raro. Com a baixa quantidade de escravizados, cresce o número de trabalhadores livres e assalariados, os quais eram contratados para trabalhar nas minas encontradas em 1809:

Ao se descobrir em Anicuns, em 1809, as últimas jazidas de grande riqueza, não foi possível completar o número de ações da companhia que devia explorá-las, pois ação consiste em 12 escravos. Foi preciso completar o número com trabalhadores assalariados. (PALACIN; MORAES, 1994, p. 36)

Nesse cenário, percebemos, por meio do declínio da mineração, o crescimento da mão de obra livre. As elites mineradoras não eram mais detentoras de muitos escravizados e, por esse motivo, aumentava-se o serviço assalariado tanto para o trabalho nas minas ainda em exploração como no contexto urbano, na pecuária e nas pequenas lavouras. No entanto, embora de fato fossem livres e assalariados, não se tornaram participantes da camada dominante. Pelo contrário, o poder e as posses continuaram nas mãos das poucas famílias, resultante do declínio da mineração.

Essas primeiras expedições no Centro-Oeste, em busca de mineração, encontraram algumas etnias de matriz linguística “Jê”, dentre as quais estavam os Kayapós. Essa nação indígena era considerada muito guerreira e foi a que mais lutou contra os grupos de colonos que migravam para a região onde hoje é o Goiás. O processo de invasão, junto com a existência de nações indígenas guerreiras, acarretou conflitos entre os indígenas e os colonos. Segundo Giralдин (2000), esses grupos guerreiros, ou seja, os Kayapós, se destacaram “com ações guerreiras que os tornaram conhecidos como um dos grupos mais temidos e, em decorrência, mais intensamente combatidos durante o século XVIII e XIX em todo o Brasil Central”.

## **A economia**

A atividade mineradora projetou Goiás, contribuindo para a formação da capitania. As primeiras minas teriam sido descobertas pelo sertanista Bartolomeu Bueno da Silva. No século XIX, todavia, foi ganhando força a produção agropastoril. A economia girava em torno do cativo lavrador e dos homens legalmente livres, os quais cuidavam da terra, lavravam, faziam as queimadas periódicas. Percebemos que a economia passava pela mão de obra dos escravizados e dos livres, caracterizada no podemos chamar de familiar, voltando-se para a comercialização local. Nessa perspectiva,

Produzir além do necessário era pura perda: teriam de empregar mais braços e pagar mais impostos, sendo remotas as possibilidades de troca, pois os povoados vizinhos exploravam os mesmos produtos e não havia como levá-los a outros centros porque a distância e os maus caminhos impediam trânsito. Na seca das águas a inundação dos rios e riachos impossibilitava a passagem 'a vau'. Na seca, em que se poderiam atingir as zonas comerciáveis a distância desencorajava qualquer tentativa arrojada. (SALLES; DANTAS, 1988, p. 43)

Podemos observar que há um quadro de dificuldades em produzir com excedentes. Por isso, caracterizamos a economia da segunda década do século XIX como familiar e local, sendo que o cativo estava ligado diretamente   produção, mas o domínio estava nas mãos dos brancos. Isso não quer dizer que não havia comercialização, pois existiam as comitivas que, de forma moderada, exportavam, com os escravizados, os produtos que não se deterioravam (SALLES; DANTAS, 1988).

## ESTANTE

OLIVEIRA, Hamilton Afonso. A população de Goiás: da mineração para a pecuária (1804). **História Revista**. Goiânia, v. 21, n. 1, jan/abr.2015, p. 154-187.

GIRALDIN, Odair. Renascendo das cinzas um histórico da presenç a dos cayap -panara em Goiás e no triângulo mineiro. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 161-184.

PALACÍN, Luís; MORAIS, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. 6  ed. Goiânia: Ed da UCG, 1994.

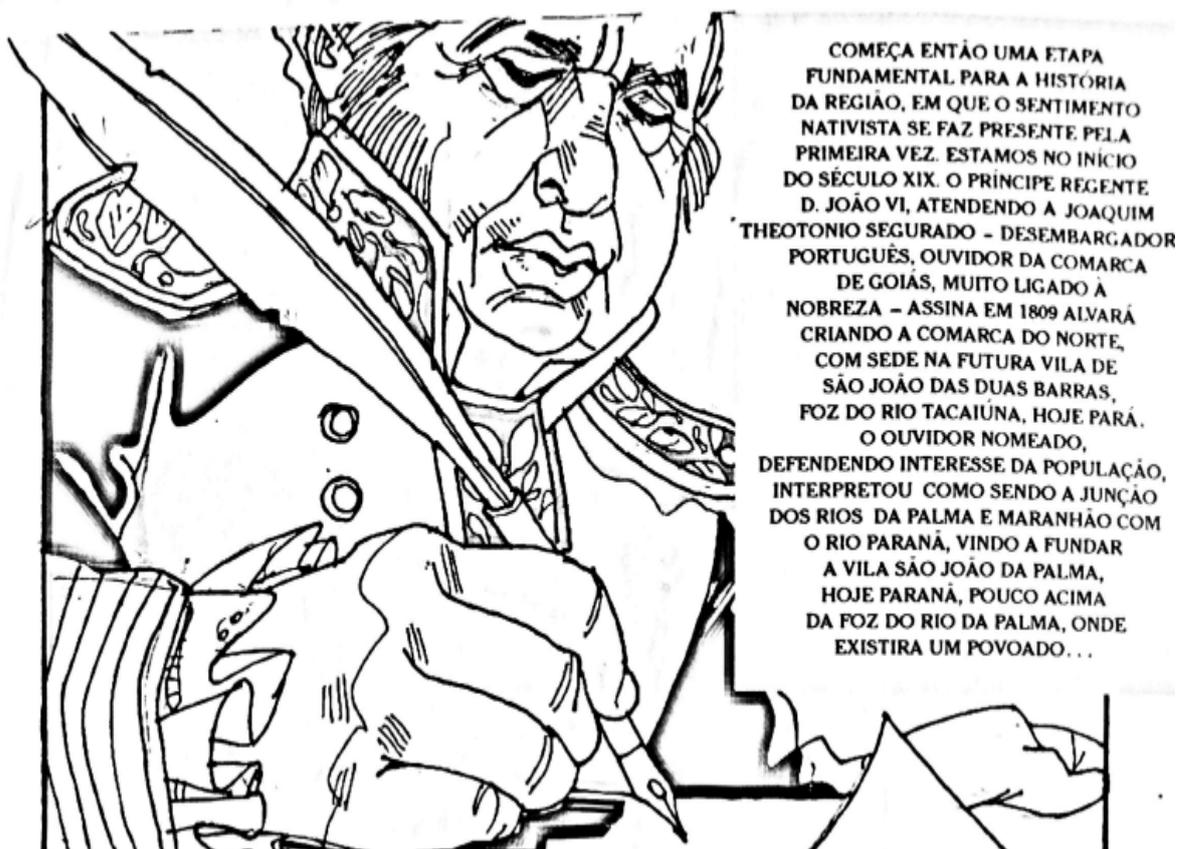
SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de; ELIZABETH, Agel da Silva Dantas. A escravidão negra na província de Goiás: 1822 – 1888. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 3, jan/jun. 1988, n. 1, p. 37-50.

## UNIDADE I: POVOS ORIGINÁRIOS DO TOCANTINS E DE GOIÁS

No período das primeiras expedições para o Centro-Oeste, segundo Giralдин (2000), havia os Kaiapós, grupo que resistiu muito frente às invasões dos bandeirantes, sendo por este motivo duramente combatido. Nesse sentido, no estado do Tocantins e de Goiás, há nações indígenas que resistiram, e resistem, ao processo de domínio de seus territórios. No Tocantins, temos algumas nações: Javaé, Krahô, Iny Karajá, Avá-canoeiro, Karajá do Norte e Xerente. Já no estado de Goiás, há as nações Tapuia, Iny Karajá e Javaé.

Pensando nos indígenas como povos originários que resistiram, temos que observar por qual motivo isso se deu. Um ponto a se destacar seria a criação das Comarcas do Sul e do Norte em um território pertencente aos indígenas e que foi invadido por bandeirantes. Esses povos indígenas foram lutando e resistindo aos avanços portugueses em seus territórios durante o século XVIII e XIX com a busca por minérios. Na imagem abaixo, é possível observar a criação das Comarcas.

**Figura 7 – D. João assinando o alvará de criação da Comarca do Norte**



Fonte: Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. Tocantins ano 10.

No século XIX, os indígenas eram vistos como um “incômodo”. Lembre-se: o território era dos indígenas, havendo interesse por parte dos portugueses nesse local. Assim, para os portugueses continuarem avançando no território com mineração, havia a necessidade de tirar as nações indígenas do território, ou seja, combatê-los. Sobre a mineração, observa-se que não foi algo duradouro, pois em 1780 já começaram a ser escassas as jazidas, sendo cada vez mais difícil a descoberta de novas minas (GIRALDIN; SILVA, 2002, p. 2).

Com o declínio da mineração, houve a necessidade de novos meios de manter a economia. Nesse cenário, o comércio de subsistência começa a ganhar força, sendo a pecuária e a agricultura as atividades principais, caracterizando um comércio por meio de trocas do excedente. Como fica, então, a questão dos indígenas com o estabelecimento desses novos habitantes? Começa aqui, com o estabelecimento de novos moradores, uma necessidade de expandir o domínio português, intensificando os conflitos com os povos indígenas.

Os indígenas passaram a ser perseguidos de forma mais intensa por volta de 1811, com a publicação da Carta Régia pelo então Príncipe Regente D. João, abrindo caminho para a escravização de índios capturados e possibilitando ações armadas em seus territórios.

- permitia-se a guerra ofensiva contra os índios e a possibilidade de escravizar aqueles que fossem aprisionados, durante um período de dez anos, ou pelo tempo que durasse a sua “ferocidade”;
- isentava-se, por dez anos, o pagamento de dízimos para aqueles que fossem ocupar as terras dos índios (GIRALDIN; SILVA, 2002, p. 4).

Temos a seguir, por meio da Carta Régia de 1811, a empreitada contra os indígenas com o objetivo de escravizá-los: “Com isso, se aprisionava a maioria dos grupos indígenas encontrados, ainda que não estivessem demonstrando uma atitude belicosa” (GIRALDIN; SILVA, 2002, p. 5). Essa atitude é fruto de uma política de ocupação do território de Goiás no período dividido em duas comarcas, a do Norte e a do Sul, hoje dividido em Tocantins e Goiás:

**Figura 8 – Imagem de Teotônio Segurado**



Fonte: Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. Tocantins ano 10.

A imagem acima é bastante emblemática, pois carrega uma carga simbólica muito grande. Temos uma representação de Teotônio Segurado de braços abertos seguida de um texto em um sentido claro de passar uma imagem negativa dos indígenas. Será que foi assim mesmo que aconteceu?

A representação dos indígenas como “selvagens”, como afirma Vieira (2018), foi muito usada pelos agentes estatais no século XIX, que queriam justificar a invasão e exploração econômica das terras indígenas. Ademais, analisando a imagem, propriamente, temos Teotônio Segurado, como liderança do Movimento Autonomista, sendo exaltado, o que, de certa forma, esconde as disputas que havia intraelites nessa época.

Para endossar a importância dos indígenas diferentemente do que a imagem tenta construir, com uma representatividade negativa para o estado do Tocantins, temos um poema do professor e membro da Academia de Letras de Araguaína (ACALANTO) Edson Gallo, demonstrando que essa terra teve nos primórdios a ocupação indígena:

Tocantins, minha terra

Co yve ore retama  
Toca no coração de quem ama

Essa terra é nossa  
Do bico do papagaio ao talismã  
Ontem hoje e amanhã

Não é minha  
E das araras azuis  
Dos buritis girassois ananás  
Veio de uma costela de Goiás

Um sonho de liberdade  
multicultural

Som de tambor viola atabaque  
Dança Krahô  
Karajá Xambioá  
Javaé Apinajé  
Xerente  
Gente  
Essa é minha terra  
Nossa

Autor: Edson Gallo, da Academia de Letras de Araguaína (ACALANTO)

### **Propostas de atividades**

- Peça para os educandos fazerem uma pesquisa seguida de um debate sobre o que seria o “sentimento nativista” que é mencionado na Figura 11.

- A partir da Figura 12, promova uma discussão em sala sobre a imagem negativa dos indígenas que está sendo transmitida naquela representação artística.

- Após a discussão, peça para os educandos fazerem um diário de bordo sobre o conteúdo. Pode haver a criação de desenhos, poemas.

## Caça-palavras

Encontre as seguintes nações indígenas: Javaé, Krahô, Iny Karajá, Karajá do Norte, Xerente Apinayé, Tapirapé, Tapuia e Kaiapós.

K	G	U	W	Y	I	Z	C	O	H	A	R	K	J
G	A	J	W	S	B	F	G	P	F	K	T	Y	P
E	A	R	J	W	N	Q	D	O	W	P	O	G	I
Y	P	F	A	V	E	J	A	V	A	E	L	I	E
A	Y	C	D	J	A	B	W	D	X	Z	Y	I	K
N	E	W	J	E	A	H	S	W	W	S	H	G	A
I	S	Z	A	L	M	D	Y	H	Z	X	W	T	I
P	Z	U	W	Y	U	N	O	S	Z	K	Y	U	A
A	U	Y	L	Z	J	T	A	N	M	H	B	C	P
H	T	A	P	I	R	A	P	E	O	L	I	K	O
E	U	E	Y	X	Y	V	L	X	S	R	U	O	S
X	C	V	L	Y	X	X	E	R	E	N	T	E	C
Q	A	I	U	P	A	T	M	Q	G	I	H	E	D
E	F	H	I	N	Y	K	A	R	A	J	A	Z	A

### ESTANTE

GIRALDIN, Odair; Cleube Alves da Silva. Ligando mundos: relação entre xerente e a sociedade circundante no século XIX. **Bol. Mus.** Para. Emílio Goeldi, sér. Ant. 18(2), 2002.

Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. Criação e produção: Prisma promoções e produções e LTDA, Companhia Lithográfica Ypiranga. Palmas, 1997.

## UNIDADE II: CENÁRIO POLÍTICO - TEOTÔNIO SEGURADO

**Figura 9 - Avenida Joaquim Teotônio Segurado**



Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=441919>

A imagem acima é da Avenida Teotônio Segurado, em Palmas, capital do estado do Tocantins. Começamos, assim, com uma pergunta: Quem foi Joaquim Teotônio Segurado?

**Figura 10 - Teotônio Segurado**



Disponível em: <https://turismonotocantins.com.br/historia-dotocantins/>

Para muitos, em seu dia a dia, Teotônio Segurado seria o nome de uma rua, já para outros se trata uma personalidade de nossa História. No entanto, podemos concordar que são respostas objetivas e um tanto vagas. Para responder essa pergunta, temos que entender o processo de autonomia do Norte Goiano, no qual se destaca Teotônio Segurado, pois nesse período em que viveu no então Norte Goiano foi o primeiro Ouvidor do Norte. Um Ouvidor era o Juiz da região e “Tendo o alvará de 18 de março de 1809 criado a comarca do Norte, foi Segurado distinguido com a nomeação de primeiro ouvidor pela carta Régia de 21 de julho de 1809” (BRASIL, 1989, p. 75).

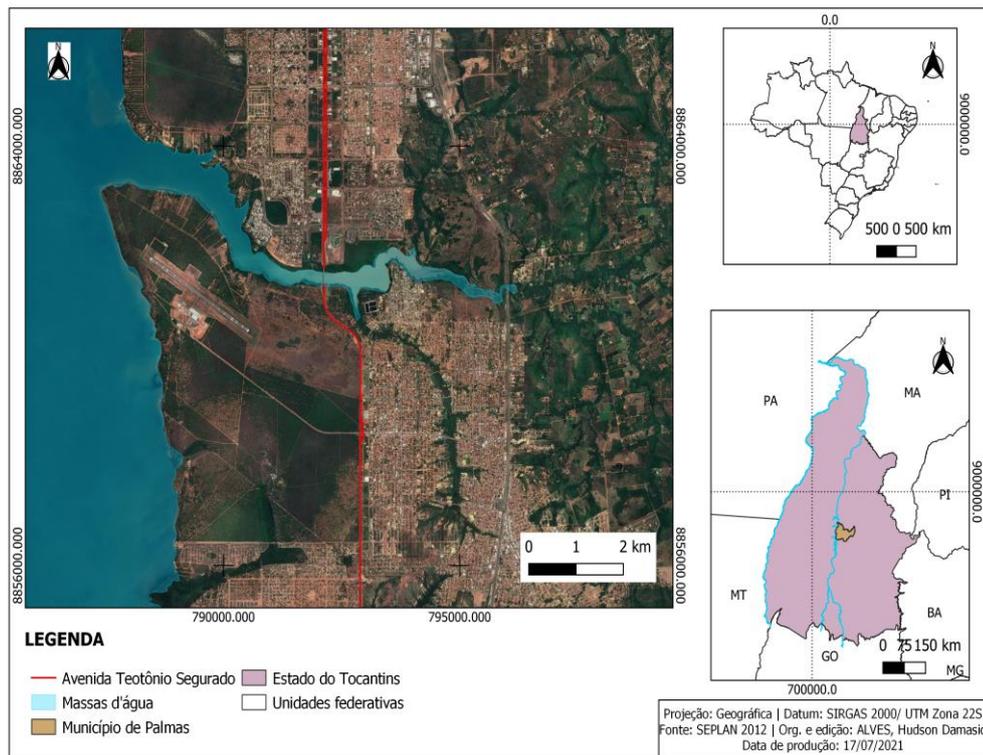
Para além do homem político, foi tanto Ouvidor do Norte quanto um comerciante e membro da empresa que ajudou a criar, por nome de “A Sociedade Mercantil”, com interesses de escoamento de mercadorias pelos Rios Araguaia e Tocantins. Porém, como um obstáculo para tal atividade, encontravam-se os indígenas Avá-Canoeiro, grupo aguerrido e que não aceitava acordos de paz com os portugueses. Vale ressaltar que os indígenas estavam apenas reagindo às invasões de suas terras, um problema que ainda é muito atual.

Como podemos perceber, Segurado também era um homem de negócios, que utilizava de seu posto para beneficiar a empresa da qual era membro, pois solicitou ao governo de Goiás medidas para resolver o impasse com os indígenas como mostra a citação abaixo:

O desembargador solicitou ao governo de Goiás o estabelecimento de presídios às margens do Rio para que os indígenas fossem combatidos e os que não fossem exterminados podiam ser aprisionados para ser passificados. (APOLINÁRIO, 2005, p. 158)

Joaquim Teotônio Segurado foi um homem político, primeiro ouvidor da Comarca do Norte, além de comerciante e membro-fundador da Sociedade Mercantil. Além disso, também podemos destacar que foi o agente estatal e proprietário que buscou a retirada dos indígenas da região, ou seja, perseguindo-os para expulsá-los do território.

**Figura 11 - Mapa de Palmas**



## Desenvolvimento e navegação

Sabendo que Segurado foi o primeiro Ouvidor do Norte Goiano e comerciante, selecionamos um trecho, abaixo, retirado da obra de Americano do Brasil, para começarmos a pensar sobre as relações sociais e econômicas do Norte Goiano:

“Dos grandes benefícios que prestou ao Norte da Capitania, a navegação do Tocantins foi a principal”. (BRASIL, 1980, p. 75)

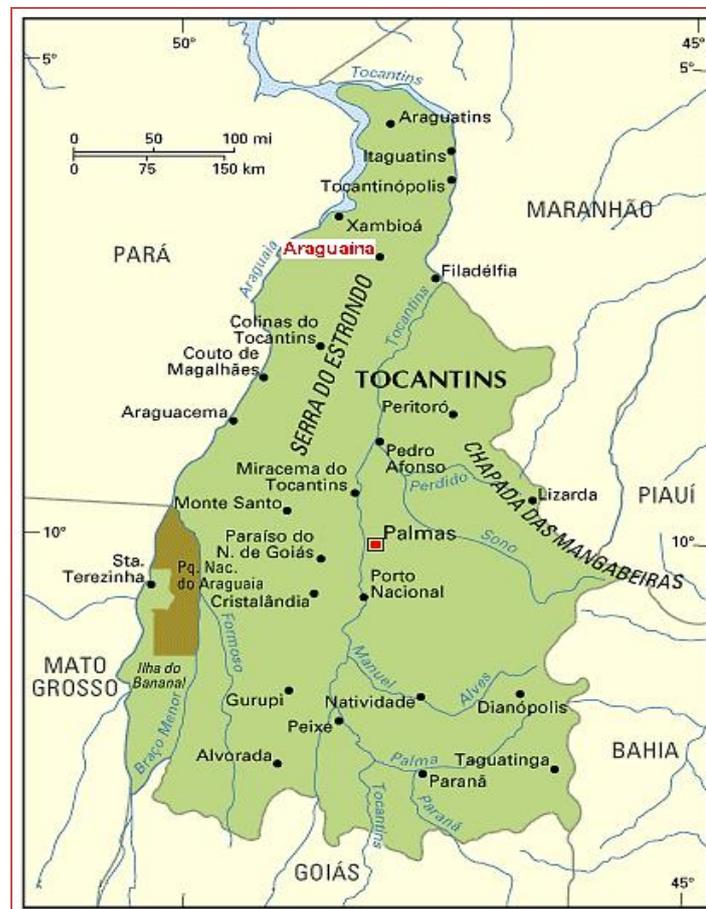
Quando falamos em navegação, temos que lembrar que é um meio de transporte muito utilizado no século XIX, tanto para escoar a produção local quanto como meio de ligação com outras províncias. Então, o que podemos considerar a respeito da navegação nos Rios Araguaia e Tocantins? Certamente, destaca-se o “Desenvolvimento, possibilidade de melhoria do comércio local”.

## Proposta de aula interdisciplinar com o professor de Geografia

### Bacias hidrográficas

Uma bacia hidrográfica é formada por um conjunto de terras delimitadas pelos divisores de água e drenadas por um rio principal, seus afluentes e subafluentes. A bacia hidrográfica é considerada a unidade territorial de planejamento e gerenciamento das águas.

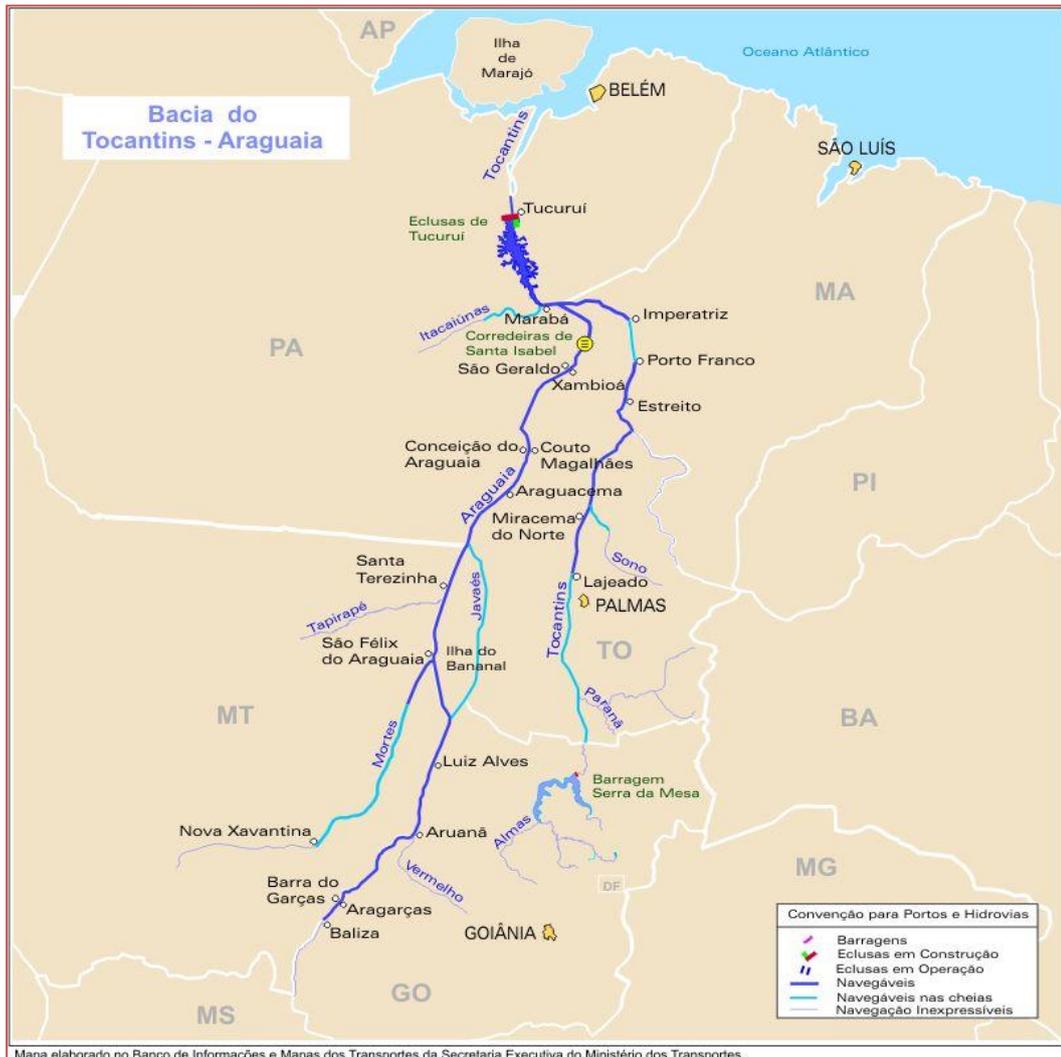
**Figura 12 - Bacia do Tocantins-Araguaia**



Mapa disponível em: <https://www.achetudoeregiao.com.br/to/araguaina/localizacao.htm>

A navegabilidade ao longo do Rio Tocantins foi afetada pela construção de barragens tanto para fornecimento de água quanto para a geração de energia hidrelétrica. No estado do Tocantins, a usina de Lajeado, bem como a de Estreito, na divisa do Tocantins com o Maranhão, acabaram por dificultar o transporte fluvial.

**Figura 13 – Portos e hidrovias**



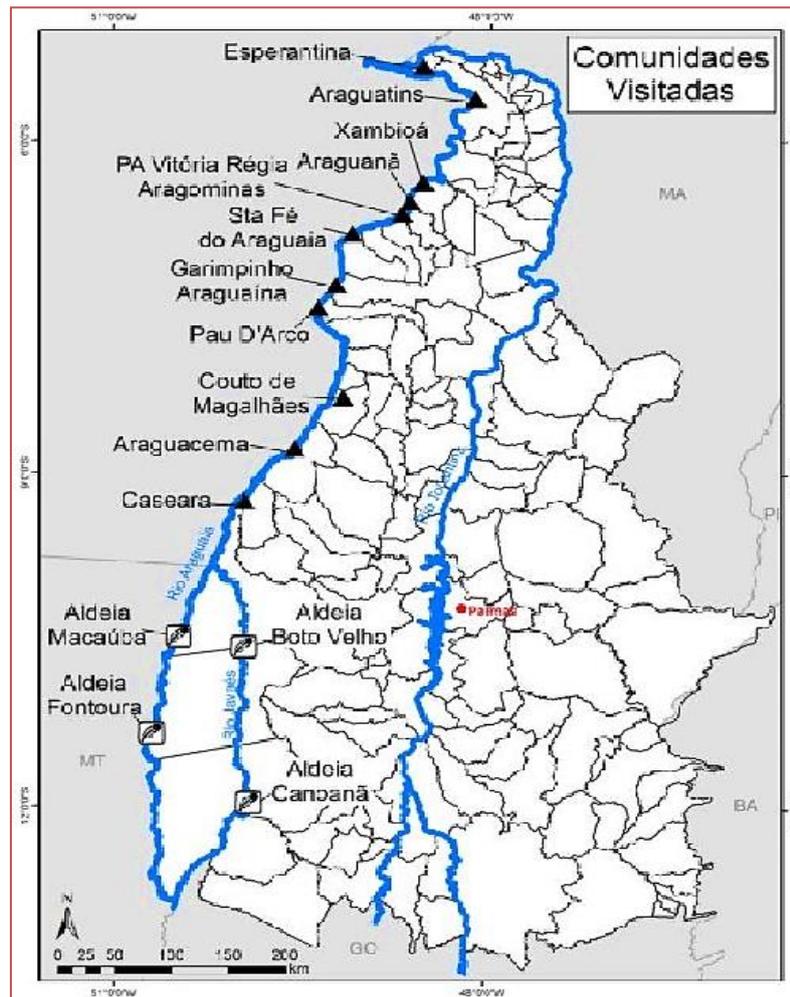
Fonte: Ministério dos Transportes

### **Para aprofundar na discussão.**

Historicamente, o acesso à região norte do antigo Goiás, seja nos tempos de capitania e/ou de província, só era efetivamente possível graças à navegabilidade dos principais rios que cortam a área, em especial os Rios Tocantins e Araguaia. O acesso por terra era extremamente difícil, perigoso e demorado. Assim, os rios tornaram-se, para os colonizadores e, posteriormente, para as populações residentes na região, vias de transporte de passageiros e mercadorias naturais. Destacam-se as cidades de Porto Real (depois Porto Nacional), Pedro Afonso e Filadélfia como os principais portos ao longo do Rio Tocantins. A construção da BR 153 (Belém-Brasília), na década de 1950, acabou por promover um contínuo esvaziamento da importância econômica de tais cidades, já que o eixo de desenvolvimento da região passou para o lado Oeste, ao longo da rodovia.

(Autor: Marco Antônio Bueno Bello - Mestre em Ensino de História)

**Figura 14 - Comunidades pesqueiras ao longo do Rio Araguaia**



Mapa: Marta Eichemberger Ummus.

Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-das-comunidades-pesqueiras-visitadas-durante-o-diagnostico\\_fig1\\_326190723](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-das-comunidades-pesqueiras-visitadas-durante-o-diagnostico_fig1_326190723)

O mapa acima mostra a localização das principais comunidades pesqueiras ao longo do curso do Rio Araguaia, formador da bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, que se destaca como a principal totalmente brasileira, já que os rios que a formam nascem todos em território brasileiro. A pesca sempre foi uma das mais importantes atividades econômicas praticadas ao longo da bacia do Tocantins-Araguaia, servindo como fonte de alimentação e de renda para inúmeras famílias.

**Figura 15 - Rio Araguaia**



Disponível em: <https://diariodoturismo.com.br/temporada-no-rio-araguaia-ganha-mais-conforto-e-atracoes/>

**Figura 16 - Rio Tocantins**



Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/ferdinandodesousa.com/2021/05/24/o-rio-tocantins-e-suas-usinas-hidreletricas/amp/>

No trecho do poema abaixo, a escritora Martha Vieira (2021) faz referência à população do Norte Goiano:

O grito da independência  
Demorou para ser ouvido  
E o povo do Norte Goiano  
Vivia todo esquecido  
(VIEIRA, 2021)

No poema “Sonho Autonomista”, há o enfoque no processo político que, por sua vez, faz referência a uma narrativa considerada “oficial”: a população, que vivia esquecida. Nesse sentido, cabe aqui o questionamento: “Que população era essa”?

A composição da população do Norte Goiano contava com agricultores, criadores de gados, lavradores. Considerando o fator financeiro, nenhuma atividade desempenhada por esses grupos representava uma economia de grande porte, ou seja, configuravam-se como formas de subsistência, com pouco comércio do excedente, pois quase tudo que se produzia era para própria alimentação. Também havia militares, os quais ficavam circunscritos aos presídios, que tinham por objetivo o combate e a prisão dos indígenas.

Mesmo com medidas que partiram de D. João, o Príncipe Regente, como a criação de presídios e as isenções fiscais (CAVALCANTE, 1999), a “colonização militar”, que tinha por interesse a retirada dos indígenas para ocupação e exploração das terras tanto no plantio quanto na pecuária, e as isenções fiscais, que foram dadas por um período de 10 anos para agricultores que estivessem próximos aos Rios Tocantins e Araguaia, não fizeram com que a região deixasse de ser vista como esquecida. Nesse cenário, podemos destacar a dificuldade de comunicação, sendo que havia transporte fluvial, porém, precário.

Essa dinâmica que retrata uma necessidade de autonomia do Norte Goiano por distanciamento ou isolamento e a figura de Segurado como o Ouvidor que trouxe benefícios para região é usada para justificar a independência da parte norte do estado de Goiás. No entanto, tal abordagem deixa de lado a população local e acaba por retratar apenas as elites locais, a exemplo de Teotônio Segurado.

## Proposta de atividade

I - Como fica a relação das populações locais com a chegada desses representantes da Coroa Portuguesa? Se possível, faça uma roda de conversa com os alunos sobre essa questão. Para quem eram os benefícios desse “possível desenvolvimento”? Como ficaram os indígenas, que eram os habitantes originários, em relação aos portugueses que chegaram à região?

II - Se possível, em parceria com o professor de Geografia, conduza uma pesquisa para mapear as bacias hidrográficas brasileiras.

### ESTANTE

APOLINÁRIA, Juciene Ricarte. **Os Akroá e os outros grupos indígenas nas fronteiras do sertão** – As práticas das políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás – Século XVIII. 269 p. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em História. Área de concentração: história do Norte e Nordeste do Brasil) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2003.

BRASIL, Antônio Americano. **Pela História de Goiás**. Goiânia. Ed. da Universidade de Goiás, 1980.

PARENTE, Temis Gomes; SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. De estrada líquida à jazida energética: os sentidos do rio Tocantins na memória oral dos ribeirinhos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 156 - 180, set./dez. 2019.

VIEIRA, Martha. O sonho autonomista. 2021. In. <<https://academiadeletrasdearaguaina.com>>/200-anos-do-movimento-

### UNIDADE III: Movimento Autonomista do Norte Goiano (1821-1823)

Para pensar o Movimento Autonomista do Norte Goiano de 1821 a 1823, faz-se necessário recuar um pouco até o último governador colonial, Manuel Inácio de Sampaio. Na região conhecida como Comarca do Sul, os desdobramentos políticos servem de direção para se entender o Movimento Autonomista do Norte Goiano.

Tão logo ao chegar, em 1820, Manuel Inácio de Sampaio mostrou-se pouco disposto a manter o “ideal de conveniência dos governadores”. Ao tomar posse como Capitão General da Capitania, não demonstrou interesse em manter com a elite local o que era conhecido como “relacionamento amistoso”, que, em termos gerais, significa beneficiar a elite local por meio do aparelho do Estado.

Mas as premissas desse “relacionamento amistoso” geralmente eram efetivadas à custa da racionalidade do aparelho estatal. Isso invariavelmente significa ceder cargos, distribuir benefícios ou fazer vistas grossas à promiscuidade entre o universo público e privado (MACEDO, 2003, p. 23).

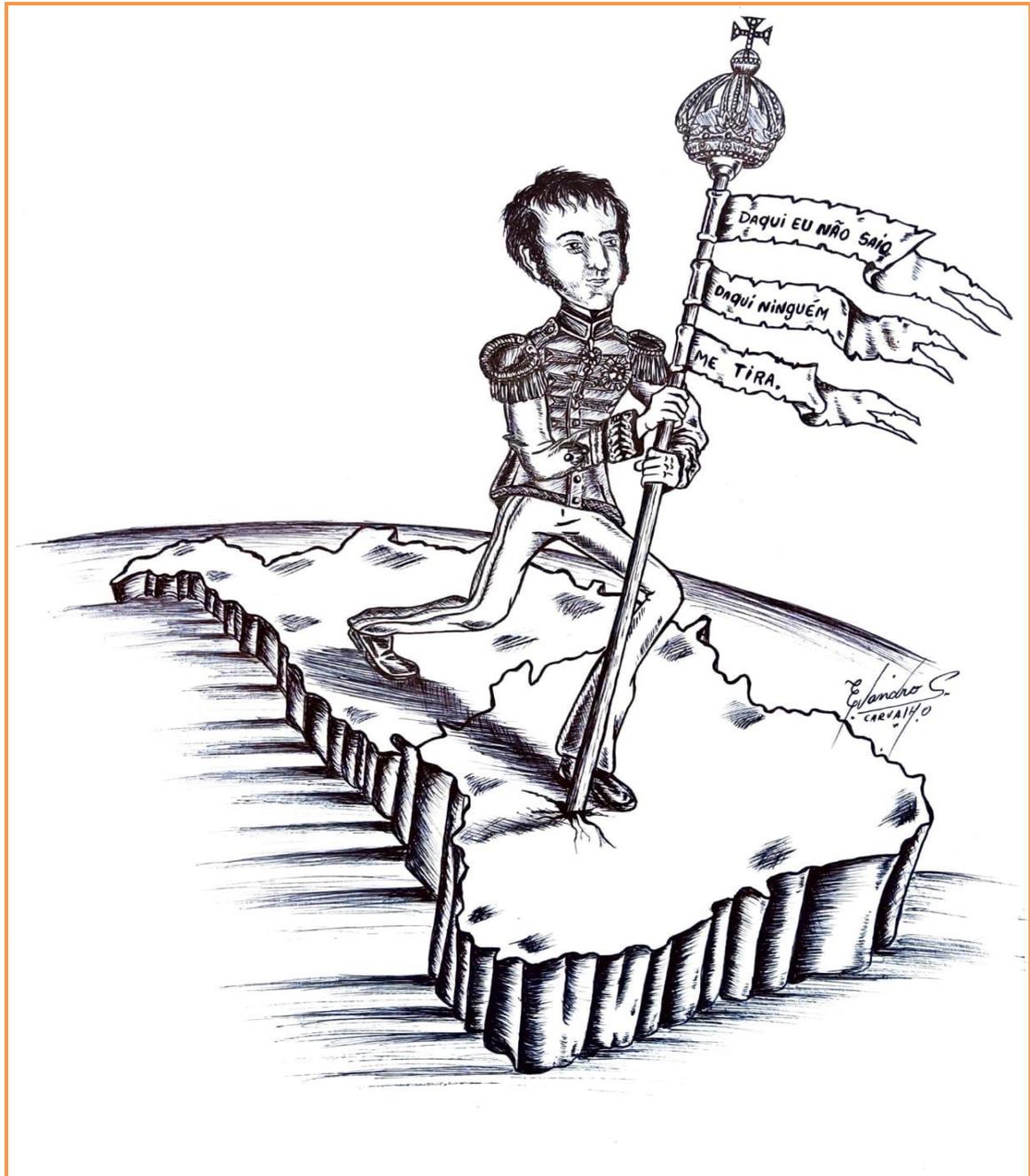
Foi esse contexto que o Capitão General Manuel Inácio de Sampaio encontrou ao chegar à capitania de Goiás. Ao buscar a sobrevivência política, em Goiás, Sampaio teve de lidar com as elites locais, como fazendeiros e negociantes, que estavam aparelhadas com o Estado. Isso não seria fácil de administrar como Governador da Capitania, já que essas elites haviam se acostumado a se valer dos benefícios que costumeiramente recebiam do Estado. Assim, foi justamente contra essa elite local que Sampaio começa seu governo, lidando com ela e tendo que tomar decisões, como a de improbidade por parte dos administradores da Companhia de Mineração de Anicuns, uma empresa com característica de capital misto.

O historiador Paulo Moreyra afirma que as ações de Sampaio “para reorganizar a administração haviam provocado irritação geral, que cresceu até fazer dele o alvo físico de um descontentamento que se acumulara durante as décadas anteriores” (MOREYRA, 1972, p. 461).

Essa atitude de Sampaio logo no início de seu governo já demonstrava as dificuldades que encontraria frente a uma elite local, que logo iria enxergar nele um governador a serviço dos interesses da Coroa dentro de uma província com interesses autonomistas. Desse modo, a atitude de Sampaio fez com que os interesses se chocassem.

A imagem a seguir é uma charge com uma representação do Capitão General da capitania de Goiás, Manuel Inácio de Sampaio, no contexto dos enfrentamentos que o governador provincial teve que enfrentar para se manter no poder, frente aos ideais liberais que rondavam o governo, com os desejos de autonomia que pairava sobre as comarcas. Nesse momento de lutas e enfrentamentos, Sampaio representava a Coroa Portuguesa na província. Isso quer dizer que o governo de Sampaio representava uma forma de manter o projeto de expansão e domínios dos territórios. Segue a imagem:

Figura 17 – Charge de Manuel Inácio de Sampaio



Nesse contexto de enfrentamento e contestação, o historiador Tairone Zuliani Macedo afirma: “Fosse alguns anos antes, estando Sampaio devidamente respaldado pela autoridade de uma monarquia absoluta, pouco teria ele a temer quanto às consequências de suas determinações administrativas ou quanto às intrigas políticas da elite autóctone. Mas os tempos eram outros” (MACEDO, 2003, p. 23).

## Ideias liberais e reação das elites goianas

O governo de Manuel Inácio de Sampaio teve início em meio a uma política de enfrentamento, pois a Corte Portuguesa estava passando por um momento de contestação ao seu *status quo* de Estado Absolutista. Aqui, cabe ressaltar que não somente a Corte Portuguesa estava vivenciando esse processo de questionamento do poder absolutista, mas as cortes europeias como um todo passavam por tal situação após a Era Napoleônica. Os Estados Absolutistas atravessavam um processo de restauração de seu poder por meio do Congresso de Viena, de 1815 a 1830.

Sob esse prisma, encontra-se o governo de Goiás, na pessoa de Manuel Inácio de Sampaio, tendo que lidar com os desdobramentos políticos e sociais, no que tange às elites locais, que assumiram um teor de projeto político. Com o colapso do Estado Absolutista, teve que administrar conflitos como o levante de caráter “antilusitano” contra a autoridade do governo, encabeçado por Luis Bartolomeu Marques, que “[...] a princípio disfarçadamente e depois às claras, promoviam reuniões, faziam comícios e afixavam violentas proclamações anti-portuguesas pelos muros e até nas paredes do palácio” (MOREYRA, 1972, p. 462).

O Movimento Liberal “é a primeira onda de movimento que se desencadeia sobre o que subsiste do Antigo Regime ou sobre o que acabara de ser restaurado em 1815” (RÉMOND, 2015, p. 23).

Não podemos deslocar esse momento de contestação do Estado Absolutista nas províncias brasileiras do contexto geral das monarquias na Europa. É justamente nesse caminho, ou seja, influenciadas pelas ideias liberais, que se encontravam as elites locais em oposição à Corte Portuguesa. Nesse contexto, Sampaio encontrou suas maiores dificuldades de governança. Contudo, se tivesse assumido o cargo de Governador de Goiás em um momento de estabilidade do poder absolutista português, não passaria por tamanhas adversidades ao lidar com as elites locais.

Luis Bartolomeu Marques e seu grupo começaram a fazer reuniões e atos violentos com o intuito de promover a “deposição de Inácio Sampaio e o estabelecimento de uma Junta Provisória”. Demonstravam, assim, a força do movimento liberal, que enfraquecia o poder da monarquia juntamente com seus governadores nas províncias, em especial a de Goiás, da qual Sampaio era governador. O grupo do padre Marques atuava na capital de Goiás, defendendo ideais claros de emancipação política, como desarticular a união entre as elites locais e os portugueses, buscando instalar um governo provisório.

Sobre esse assunto, a historiadora Martha Victor Vieira afirma: “A ideia de autonomia político-administrativa em relação a Portugal somente ganhou força a partir do final de 1821, quando se tomou conhecimento das decisões que determinavam a extinção dos tribunais superiores de justiça no Brasil e o retorno do Príncipe regente para Lisboa. A partir de então, as províncias tiveram que escolher entre manter a obediência às Cortes ou aderir ao projeto de um governo autônomo que estava sendo liderado por um grupo composto pelas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais” (VIEIRA, 2015, p. 33-34).

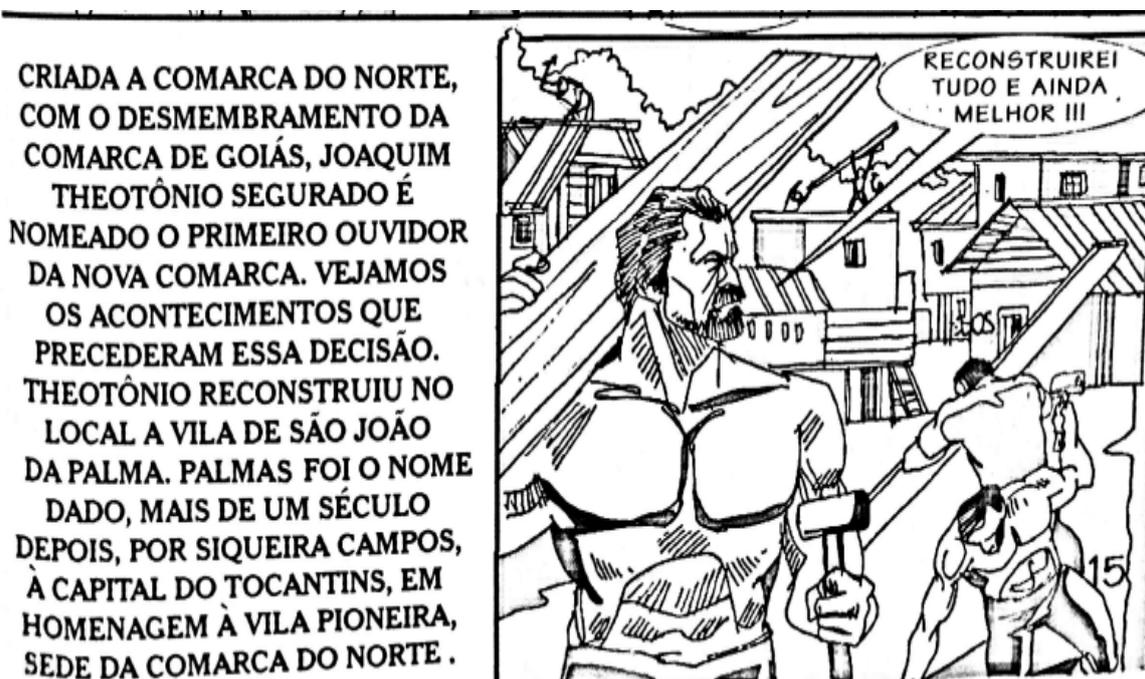
Após ter desbaratado os insurgentes, Sampaio, como apoiador do Antigo Regime e para fortalecer seu governo, fez uma proclamação pública elogiando e enaltecendo D. João, o Príncipe Regente, e os cidadãos goianos. Buscava, assim, conter as elites locais para se manter no governo da capitania de Goiás, visto que, nas províncias, os ideais de autonomia estavam ganhando força. Podemos destacar a criação de Juntas Governamentais nas províncias, criando mais um centro de governo que, de forma direta, se rivalizou com o governador.

Os feitos do padre Marques e seu grupo levaram Sampaio primeiramente a repreendê-los, esperando assim o recuo dos insurgentes, algo que não surtiu efeito. Foi dada continuidade ao plano de implantação de um governo provisório (VIEIRA, 2015, p. 37). Este descobriu o golpe contra seu governo e uma ação “[...] rápida e decisiva de Inácio Sampaio e do chefe da força pública, seu aliado, tenente-coronel Luis da Costa de Freire de Freitas, coibiu, desarticulou e amedrontou momentaneamente o ímpeto dos insurgentes” (MACEDO, 2003).

## Tocantins e seus desdobramentos históricos e políticos

As imagens a seguir trazem referências à Comarca do Norte com o objetivo de demonstrar o uso do discurso de separação como forma de legitimar a criação do estado do Tocantins, na mesma proporção que busca “criar” a História do estado a partir da existência da Comarca do Norte.

**Figura 18 – “Reconstrução” da Comarca do Norte**



Fonte: Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. Tocantins ano 10.

Esse texto veicula outra informação associada ao ensino de História do Estado, que comemora na data de 18 de março o Dia da Autonomia, fazendo referência à separação das duas comarcas em 1809, antes ainda do Movimento Autonomista do Norte Goiano, iniciado em 1821. Como não há uma nação sem passado, como afirma Hobsbawm (2000), recorre-se à separação das comarcas para buscar legitimar o discurso que foi utilizado para a separação do estado do Tocantins.

**Figura 19 – Cobranças de impostos**

Fonte: Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. Tocantins ano 10.

A Figura 19 apresenta o povo do Norte Goiano como explorado pela Comarca do Sul. Esse discurso de exploração foi muito veiculado no contexto da independência, mas também serve para fazer a crítica e justificar o pedido de separação do estado no século XX. O discurso de que havia um sentimento de separação é trabalhado de tal forma que faz parecer que não fica restrito ao século XIX, mas permanece vivo nos próximos 150 anos, tal como é apresentado na imagem:

**Figura 20 – Brado de autonomia**

Fonte: Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. Tocantins ano 10.

A partir da imagem, percebemos que essas representações constituem enunciados performativos, no sentido de enunciar o que almejam que seja realidade, como diria Bourdieu (1989, p. 118): “O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto”. Vieira (2014), dentro de uma visão bourdiana, falando sobre o Movimento Autonomista do Norte Goiano, afirma que a “intenção é tornar realidade a representação, ou seja, quer fazer acontecer aquilo que enuncia e tornar conhecida e reconhecida como legítima, e não arbitrária, a divisão do mundo social”. Aqui, reforça-se que o discurso de impostos abusivos é utilizado como forma de legitimar a separação, da mesma forma que a separação produz a ênfase no discurso de impostos abusivos:

## ESTANTE

MACEDO, Tairone Zuliani de. **Sertão, nação e região:** Cunha Mattos e os dilemas do Brasil e de Goiás na primeira metade do século XIX. 215p. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815 – 1914.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2015.

MOREYRA, S. P. A independência em Goiás. **Revista de História**, [S. l.], v. 46, n. 94, p. 459-486, 1973. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh. 1973.132004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132004>. Acesso em: 1 fev. 2022.

VIEIRA, Martha Victor. **O império das facções:** ordem e desordem no Brasil Central (1821-1840). Curitiba, Editora Prisma, 2015.

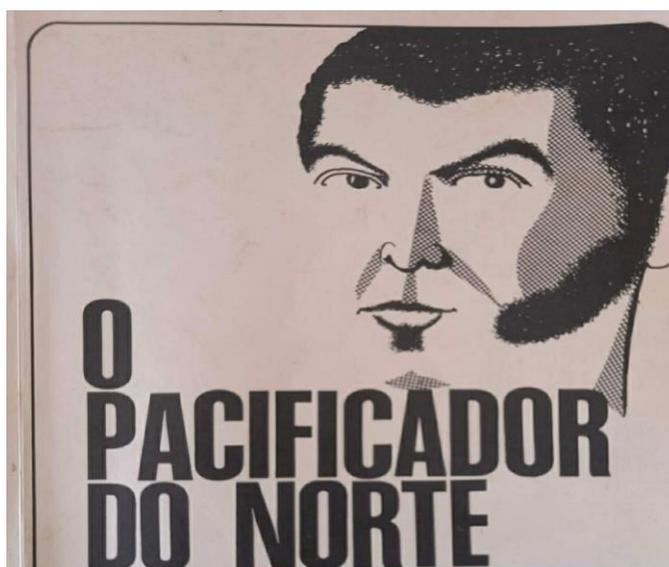
#### UNIDADE IV: CAMARGO FLEURY - UM PADRE NA POLÍTICA

Luiz Gonzaga de Camargo Fleury chegou à Comarca do Norte com objetivos claros. Quais são eles? Havia no Norte o chamado “Clube de Natividade”, que tinha como ideal a criação de um governo autônomo, ou seja, sem ligações com a Comarca do Sul. Diante desse conflito, Fleury deveria por fim ao clube. Nesse sentido, destacamos outro objetivo da viagem de Camargo Fleury à Comarca do Norte: fazer com que os grupos do Norte se engajassem ao lado de D. Pedro I, este que se posicionou, em 1822, como independente de Portugal.

Podemos perceber um processo de conflitos de ideais: de um lado, os nortenses, com seus ideais de independência de Goiás; e de outro, a Coroa, representada por Camargo Fleury, com a tarefa de não deixar que a Comarca do Norte se tornasse independente e, ao mesmo tempo, fazer com que os nortenses ficassem ao lado da Coroa na luta contra Portugal.

Camargo Fleury relata que o Norte não era só separatista, mas se configurava também como independentista. Com isso, Fleury, por meio de convencimentos e devassa, além do “uso da força física”, como afirma Vieira (2015), “[...] conseguiu entrar em Natividade e, em 17 de março de 1823, reunir-se com os ‘principais’ locais para debelar o movimento separatista”. Por esses feitos, o historiador Humberto Crispim Borges o intitula ‘O Pacificador do Norte’.

**Figura 21 – Capa do livro de Humberto Crispim Borges**



Fonte: Imagem extraída do livro de Humberto Crispim Borges.

Porém, Camargo Fleury era de família tradicional e fazia parte do grupo eclesiástico, sendo padre, mas também tinha funções políticas locais. Podemos elencar algumas das funções exercidas por Camargo Fleury: Juíz municipal, deputado da Junta Provisória, vereador, presidente de província e secretário da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Como podemos perceber, Camargo Fleury foi o homem com envolvimento na política, representando a Coroa ao mesmo tempo em que fazia parte da igreja com a função de padre.

**Proposta de atividade I:** Com base no conteúdo apresentado, faça uma pesquisa juntamente com os alunos sobre a presença de padres na política na primeira metade do século XIX.

**Proposta de atividade II:** A seguir, temos uma imagem da Igreja de Natividade, um dos patrimônios históricos do Estado do Tocantins.

**Figura 22 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos**



Disponível em: [http://www.ipatrimonio.org/natividade-igreja-do-rosario-dos-pretos/ipatrimonio\\_natividade-igreja-do-rosario-dos-pretos\\_imagem\\_iphan4/](http://www.ipatrimonio.org/natividade-igreja-do-rosario-dos-pretos/ipatrimonio_natividade-igreja-do-rosario-dos-pretos_imagem_iphan4/)

- A partir da imagem da Igreja de Natividade, direcione os educandos em um levantamento de outros patrimônios históricos que há no estado do Tocantins.

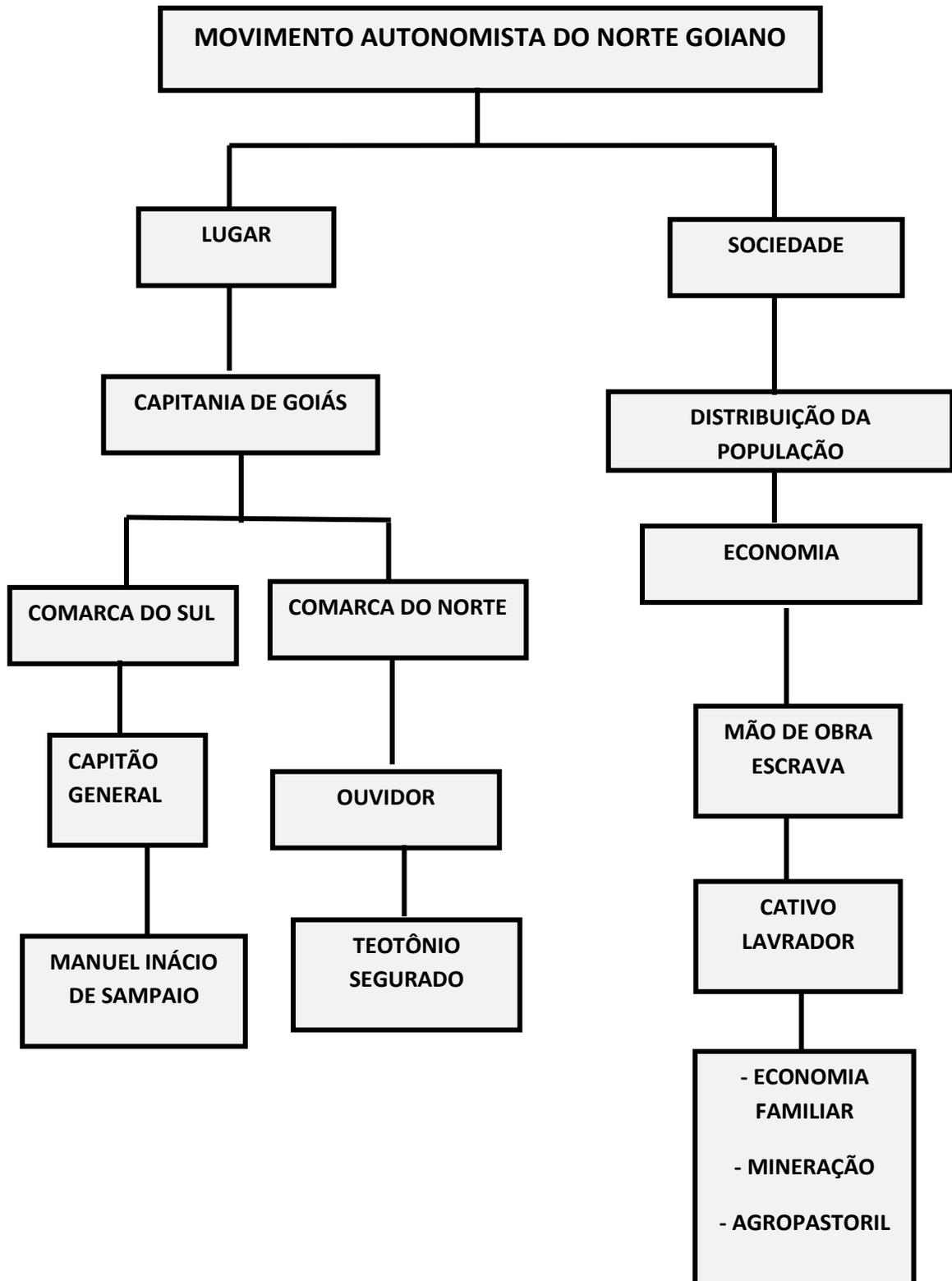
## ESTANTE

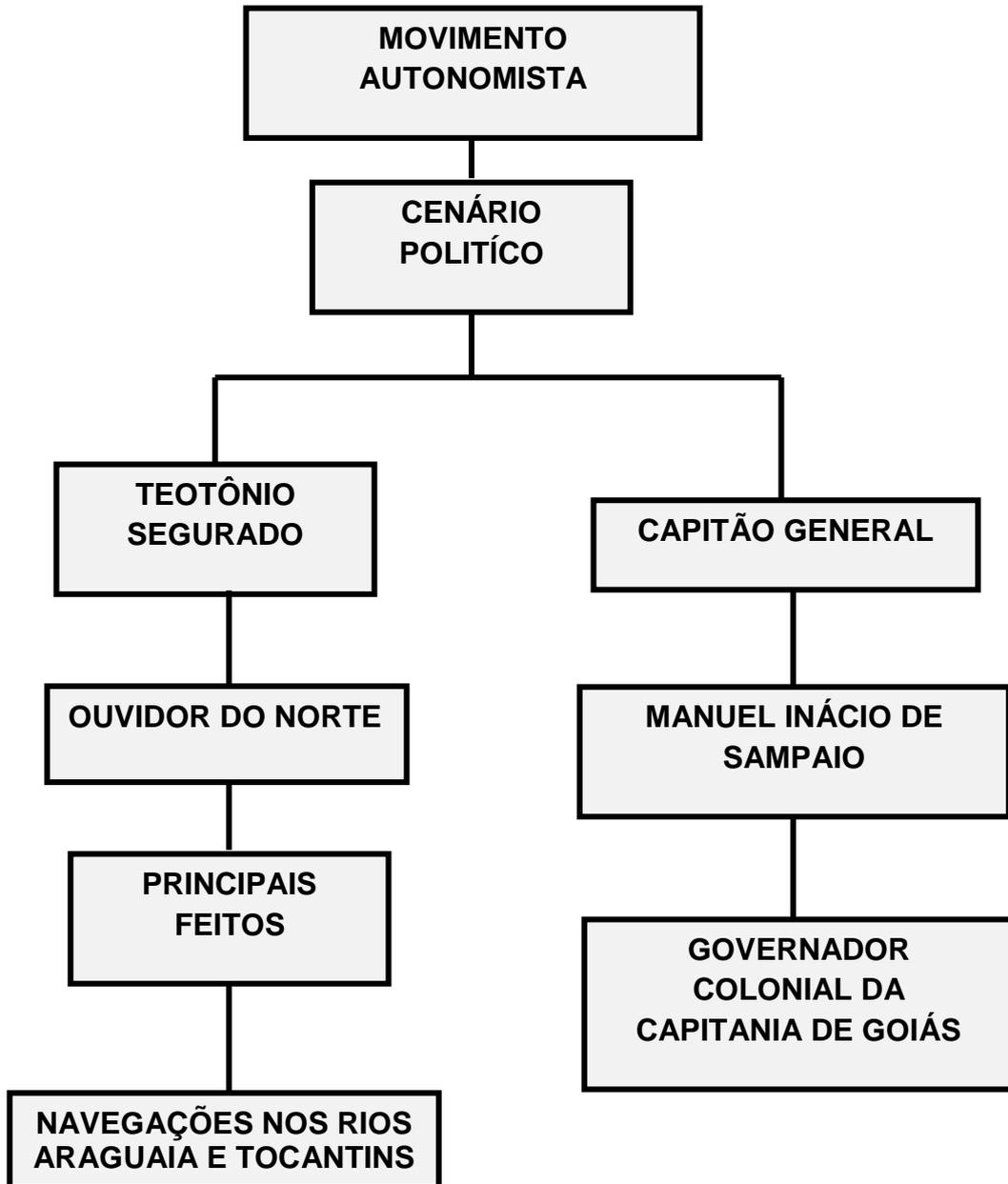
VIEIRA, Martha Victor. **O império das facções: ordem e desordem no Brasil Central (1821-1840)**. Curitiba, Editora Prisma, 2015.

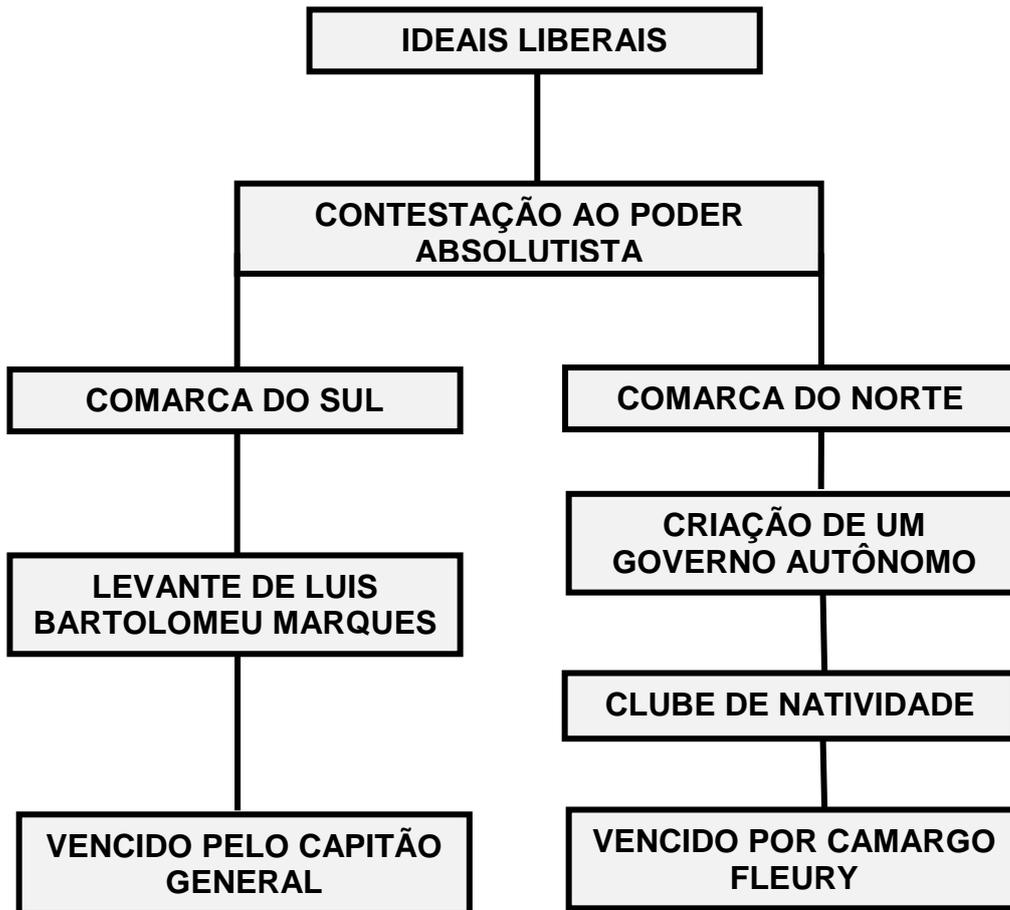
### Indicações de Leituras para o Professor (a)

- NEVES, Joana. História Local e construção da identidade social. *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 3, p. 13-27, jan./dez. 1997.
- NIKITIUK, Sônia Maria Leite. *Um processo coletivo de formação continuada pelos caminhos da história local*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- PAIM, Eliso Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional no ensino médio: experiências e desafios. *Revista História e Ensino*, v. 13, p. 117-126, set 2007.

## ORGANIZADORES GRÁFICOS







## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória da pesquisa, esbarrei em pontos que me fizeram pensar sobre a disciplina de História e meu papel como professor. Tais pontos configuram-se como o distanciamento que há nos conteúdos dos livros didáticos disponíveis nas escolas e a falta de um material com conteúdo regional, sobretudo mais didáticos. Entendendo que o livro disponibilizado nas escolas acaba por ser o principal meio de contato dos educandos com a História. No entanto, esse material mostra-se distante e faz com que os sujeitos educandos não se percebam participante da História, sendo um mero espectador.

Nesse caminho, objetivou-se construir um material didático com debate regional e que fosse algo mais próximo ao educando, para assim poder trabalhar a sua formação cidadã a partir de assuntos/eventos históricos característicos ao nosso estado do Tocantins. Além disso, visa propiciar um momento de ensino e aprendizagem no qual os educandos se percebam como participantes da História. Nessa perspectiva, foi escolhido por tema *O Processo de Autonomia do Norte Goiano*.

A escolha foi motivada por ser um evento histórico que é sempre mencionado para contar a História do Tocantins e a luta por separação, quando ainda o estado fazia parte de Goiás. Pensando nisso, levantei uma discussão sobre a História regional e local, bem como sobre o ensino de História do Tocantins, demonstrando a importância de se trabalhar temas que são próximos aos educandos. Assim, fiz um levantamento dos materiais que são mais utilizados pelos professores para o ensino. A partir disso, suscitei questionamentos e a necessidade de um material didático pensado e construído a partir de locais e eventos referentes ao estado e aos educandos.

Na construção da cartilha, comecei trabalhando temas como lugar, sociedade e economia. Após isso, pensando na construção das unidades, iniciei pelos os povos originários. A partir da imagem do gibi, introduzi o debate sobre Teotônio Segurado, tendo como tema gerador uma das principais avenidas existentes na capital Palmas-TO. Por meio do debate sobre avenida, da história de Segurado e caminhando para o Processo de Autonomia do Norte Goiano, torna-se possível entender um pouco dos desdobramentos políticos que estavam latentes em 1821-

1823, como o Liberalismo na Europa, observando como isso influenciou os levantes na capitania de Goiás.

Pensei em um momento de aula híbrida História e Geografia, no qual utilizei mapas com um conteúdo voltado para as bacias do Tocantins-Araguaia. O debate nas aulas por meio de temas locais pode ganhar formas e contornos que fazem do educando agentes da História, ou seja, participantes. Assim, podem construir conhecimentos a respeito do estado, da cidade ou do bairro onde moram, fazendo das aulas não um lugar de transposição de conhecimento, mas um ambiente de questionamentos, debates, um lugar possível concordar, discordar e, a melhor parte, aprender.

Nesse sentido, este trabalho contribui para as aulas de História regional, tendo em vista que foi pensando e produzido a partir de locais e por meio de debates historiográficos sobre o estado do Tocantins. Sendo assim, configura-se como um aporte didático para os professores utilizarem em sala. Tratando desse ponto da utilização do material, pretendo disponibilizá-lo para os professores da rede pública via Secretaria de Ensino em forma de *e-book* a fim de, assim, poder contribuir no ensino e aprendizagem.

## GABARITO

K								O	H	A	R	K	
	A												
E		R											
Y			A			J	A	V	A	E			
A				J									K
N					A								A
I						D							I
P							O						A
A								N					P
	T	A	P	I	R	A	P	E	O				O
										R			S
						X	E	R	E	N	T	E	
	A	I	U	P	A	T						E	
			I	N	Y	K	A	R	A	J	A		

## REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria. O ensino de História nos anos iniciais: como se pensar, como se faz. **Revista Antíteses**, v. 5, n. 10, jul./dez. 2012, p. 555-565
- ALMEIDA, Laura Marques Vasconcelhos de. Teoria freiriana. **Revista Educação e Linguagem**, v. 2, n. 1, 2008.
- APOLINÁRIA, Juciene Ricarte. **Os Akroá e os outros grupos indígenas nas fronteiras do sertão** – As práticas das políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás – Século XVIII. 269p. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em História. Área de concentração: história do Norte e Nordeste do Brasil) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2003.
- BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, memória e história local. **Revista de Pós- Graduação em Educação - UNECS**. v. 2, n. 2, 2013, p.1-27.
- BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Revista Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez, 2006.
- BIANCHEZZI, Clarice et al. Vestígios e memória: História local e o ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 20, n. 2, jul./dez. 2014, p. 191-209.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 1º e 2º Ciclos – História**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 3º e 4º Ciclos – História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Antônio Americano. **Pela História de Goiás**. Goiânia. Ed. da Universidade de Goiás, 1980.
- Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural. **Tocantins ano 10**. Criação e produção: Prisma promoções e produções e LTDA, Companhia Lithográfica Ypiranga. Palmas, 1997.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821 – 1988**. Goiânia: Editora da UCG, 1999.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. História Local e Micro-História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS** - n. 146 – 2012. P 11-27.

DIA da Autonomia do Tocantins. **Prefeitura de Crixas**. Disponível em: <https://crixas.to.gov.br/2021/03/18/18-de-marco-dia-da-autonomia-do-tocantins/> 2021. Acessado em 10 de fevereiro de 2022.

FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim**. 2006. 195p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível Em <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14531>> Acessado em 16 de Agosto de 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes; RENATO, Franco. **Aprendendo história: reflexão e ensaio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 52 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Trad. Tiago José Risi Leme. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

GIRALDIN, Odair; SILVA, Cleube Alves da. Ligando mundos: relação entre xerente e a sociedade circundante no século XIX. **Bol. Mus.** Para. Emílio Goeldi, sér. Ant. 18(2), 2002.

GIRALDIN, Odair. Renascendo das cinzas um histórico da presença dos cayapópanara em Goiás e no triângulo mineiro. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 161-184

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de história**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

HOBBSAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leilão. 5ª ed. São Paulo: Editora. Unicamp, 2003.

MACEDO, Tairone Zuliani de. **Sertão, nação e região: Cunha Mattos e os dilemas do Brasil e de Goiás na primeira metade do século XIX**. 215p. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de história**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 135

MOREYRA, S. P. A independência em Goiás. **Revista de História**, [S. l.], v. 46, n. 94, p. 459-486, 1973. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1973.132004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132004>. Acesso em: 1 fev. 2022.

NASCIMENTO, Júnio Batista. **Conhecendo o Tocantins: História e Geografia**. 5ª ed. Goiânia: Asa, 2007.

OLIVEIRA, Cleiton. **Tocantins – Saga e História**. 2ª ed. Goiânia: Kelps, 2012.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso. A população de Goiás: da mineração para a pecuária (1804). **História Revista**. Goiânia, v. 21, n. 1, jan/abr.2015, p. 154-187.

PALACÍN, Luís; MORAIS, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. 6ª ed. Goiânia: Ed da UCG, 1994.

POVOS Indígena no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acessado em: 22 de fevereiro de 2022.

RECKZIEGIL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teóricas-conceituais. **História: Debates e tendências**. Passo Fundo, v. 1, n. 1, jun. 1999, p. 15-22.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815 – 1914**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015.

SOUZA, Aline Nunes Ferreirinha de. RIBEIRO, Hendy Helena Maciqueira de Melo. História Local e suas possibilidades para o ensino de História na educação básica. In: CAIXETA, Vera Lúcia et al. **Fazer e ensinar História(s): experiências femininas no profhistória**. Mogi Guaçu: Ed Bookbec, 2021.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de; ELIZABETH, Agel da Silva Dantas. A escravidão negra na província de Goiás: 1822 – 1888. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 3, jan/jun. 1988, n. 1, p. 37-50.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, 1990, p. 219-242.

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2002, p. 105-124.

SILVA, Itami Rodrigues da. **Ensino de História e narrativa de alunos: um estudo sobre consciência histórica no colégio estadual Adolfo Bezerra de Menezes em Araguaína-TO**. 2018.157f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Araguaína, 2018. Disponível em < <http://hdl.handle.net/11612/1703>> Acessado em 25 de maio de 2021.

VIEIRA, Martha Victor. O movimento separatista do norte goiano (1821-1823): desconstruindo o discurso fundador da formação territorial do estado do tocantins. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais** – UEG/UnU Iporá, v.3, n. 1, jan/jun 2014, p. 63- 84.

VIEIRA, Martha Victor. **O império das facções: ordem e desordem no Brasil Central (1821-1840)**. Curitiba, Editora Prisma, 2015.

VIEIRA, Martha Victor. A conquista dos povos indígenas e o discurso da decadência nas narrativas de Goiás oitocentista. **MÉTIS: história & cultura**. p. 169-185, jan./jun. 2018.